



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U. nº 198, de 14/10/2016
AELBRA EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO S.A.

Andressa Nogueira de Oliveira

A LUTA PELA INSERÇÃO DAS MULHERES TRANSEXUAIS
NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E NO CONTEXTO FAMILIAR
DE PALMAS-TO

Palmas – TO

2020

Andressa Nogueira de Oliveira

A LUTA PELA INSERÇÃO DAS MULHERES TRANSEXUAIS
NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E NO CONTEXTO FAMILIAR
DE PALMAS-TO

Projeto de Pesquisa elaborado como requisito parcial na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II do curso de bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientador: Prof. M.e Cristina D'Ornellas Filipakis

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.a Me. Cristina D'Ornellas Filipakis

Orientador

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof.a Me. Ruth do Prado Cabral

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof.a Esp. Lucrécia Borges Barbosa

Palmas – TO

2020

Dedico essa pesquisa a toda a comunidade LGBTQ+, em especial as mulheres transexuais que historicamente enfrentaram e continuarão enfrentando o preconceito nas suas diversas formas durante a vida. Cabe salientar, Mulheres transexuais destacadas nesta pesquisa, vocês mostram a cada dia a força e resistência que possuem ao lutar por reconhecimento e respeito na sociedade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, com toda a minha fé e de todo o meu coração, agradeço a Deus pela oportunidade de chegar até aqui, 5 anos após o início de uma longa jornada acadêmica, me dando forças para estar realizando um dos meus maiores sonhos: formar e poder exercer com honra a profissão de psicóloga.

A minha família por sempre me apoiar, em qualquer decisão. Principalmente aos meus pais, os maiores responsáveis pela realização deste ciclo, sempre me apoiando e dando forças para continuar e perseverar nos meus objetivos. Obrigada por terem acreditado, confiado e apostado em mim. Sem vocês, nada disso seria possível. Essa conquista é nossa!

A minha querida orientadora, Professora Me. Cristina Filipakis, a qual aceitou me orientar e construir esta pesquisa de um valor tão significativo. Desde o início já sabia que essa parceria daria certo. Obrigada por toda cooperação ao longo desse um ano juntas, com todo seu carinho, atenção, amizade e respeito. Serei eternamente grata por esta parceria!

Toda minha gratidão à banca examinadora representada por mulheres fortes e inspiradoras. Professora Me. Ruth do Prado Cabral, você me inspira como ser humano e profissional. A Professora Esp. Lucrécia Borges Barbosa, obrigada pela sua representatividade como militante transexual, contribuiu com toda sua experiência na construção desse estudo. Foi uma honra tê-las comigo nesse processo árduo, porém produtivo que é a escrita acadêmica, essa pesquisa contribuiu tanto para a minha formação profissional principalmente como ser humano, mulher, e futura psicóloga.

Às interlocutoras desta pesquisa, as quais aceitaram participar e contribuíram de forma tão bela. Toda a minha gratidão pela disponibilidade, pelo tempo, pela dedicação, abertura e confiança. Este trabalho não seria possível sem a colaboração de vocês!

As minhas amigas, parceiras de curso, que me acompanharam desde o início, Jéssica, Jenniffer e Gabrielle. Mesmo não formando juntas, vocês fazem parte dessa conquista. Obrigada por sempre estarem ao meu lado.

A todos os mestres da educação pelos quais tenho total admiração, respeito e carinho, agradeço pela paciência, pelas experiências, pela partilha de conhecimento e pelos ensinamentos levarei por toda a minha trajetória profissional. Levaria comigo o nome dessa instituição e de todo o colegiado que são força motriz para a qualidade do curso de Psicologia do Centro Luterano Universitário de Palmas-Tocantins.

“... que essa pesquisa seja vista como uma forma de mais humanidade, de saber e entender sobre nós mulheres trans. Buscar um lugar que elas estejam para ajudar a se entenderem e se compreenderem.”

Sofia (nome fictício), entrevistada da pesquisa.

RESUMO

OLIVEIRA, Andressa Nogueira. **A luta pela inserção das mulheres transexuais na sociedade contemporânea e no contexto familiar de Palmas-TO**. 2020. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO, 2020.

O presente trabalho teve como objetivo discutir acerca da luta pela inserção das mulheres transexuais na sociedade contemporânea e no contexto familiar da cidade de Palmas-TO. Para tanto, a pesquisa teve como objetivos discorrer sobre as relações sociais e seus dobramentos na sociedade contemporânea, discutir o contexto social nas suas diversas áreas nas quais as mulheres transexuais estão inseridas e investigar como se dão suas relações no contexto familiar para assim, compreender e investigar como ocorre a inserção da condição da mulher transexual na sociedade contemporânea e no contexto familiar. Tratou-se de uma pesquisa a campo, aplicada e de caráter qualitativo. Diante disso foi utilizada a pesquisa teórica que é aquela que monta e desvenda quadros teóricos de referência (DEMO, 1987) por meio da leitura de teses, dissertações, artigos e livros com enfoque no tema proposto. De caráter exploratório, foram realizados procedimentos de pesquisa de campo, utilizando-se como técnica de investigação a entrevista semiestruturada para a produção de dados. A análise dos dados e informações foi subsidiada pelo método da Análise do Discurso, sendo sua abordagem a da Psicologia Discursiva, que entende a linguagem como situada dentro de um contexto social e cultural, e não apenas nas interações (NOGUEIRA, 2008). Como resultado, além de um espaço de escuta e de troca entre a pesquisadora e as interlocutoras, percebeu-se que as mulheres transexuais ainda sofrem com o preconceito dentro da sociedade, principalmente no mercado de trabalho, não possuindo muitas oportunidades. Assim, vê-se então, a realidade de muitas mulheres trans em situações de vulnerabilidade, preconceito e exclusão social, uma vez que, por causa do conservadorismo, a família é o principal grupo social que as excluem quando assumem a condição de mulher transexual.

Palavras-chave: Gênero. Transexualidade. Mulher Transexual. Sociedade.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Andressa Nogueira. **The struggle for the insertion of transsexual women in contemporary society and in the family context of Palmas-TO.** 2020. 68 f. Course Completion Work (Undergraduate) - Psychology Course, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/ TO, 2020.

The present study aimed to discuss the struggle for the insertion of transsexual women in contemporary society and in the family context of the city of Palmas-TO. To this end, the research aimed to discuss social relations and their folds in contemporary society, discuss the social context in its various areas in which transsexual women are inserted and investigate how their relationships take place in the family context to understand and understand investigate how the insertion of the condition of the transsexual woman occurs in contemporary society and in the family context. It was a field research, applied and of a qualitative character. In view of this, theoretical research was used, which assembles and unveils theoretical frameworks of reference (DEMO, 1987) through the reading of theses, dissertations, articles and books with a focus on the proposed theme. Exploratory in nature, field research procedures were carried out, using semi-structured interviews to produce data as an investigation technique. The analysis of data and information was subsidized by the Discourse Analysis method, with Discursive Psychology approaching it, which understands language as situated within a social and cultural context, and not only in interactions (NOGUEIRA, 2008). As a result, in addition to a space for listening and exchange between the researcher and the interlocutors, it was realized that transsexual women still suffer from prejudice within society, especially in the job market, not having many opportunities. Thus, we see, then, the reality of many trans women in situations of vulnerability, prejudice and social exclusion, since, because of conservatism, the family is the main social group that excludes them when they assume the condition of transsexual woman.

Keywords: Gender. Transsexuality. Transsexual Woman. Society.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Biscoito Sexual.....	18
Figura 02: Fluxograma- Etapas da Pesquisa.....	36
Figura 03: Fluxograma- Etapas da Pesquisa.....	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Categorias dos resultados.....44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEULP	Centro Universitário Luterano de Palmas
CID	Classificação Internacional de Doenças
DSM	Manual Diagnóstico e estatístico das Desordens Mentais
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
GGB	Grupo Gay da Bahia
SEPSI	Serviço de Psicologia
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 COMPREENDENDO AS DIMENSÕES DA SEXUALIDADE	18
3 CONTEXTO HISTÓRICO DA TRANSEXUALIDADE	24
4 QUESTÕES SOCIAIS SOBRE À TRANSEXUALIDADE FEMININA.....	28
5 CONTEXTO FAMILIAR DA PESSOA TRANSEXUAL	32
6 METODOLOGIA.....	35
7 RESULTADOS E DISCUSSÕES	43
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	58
APÊNDICES	65

1 INTRODUÇÃO

Para as ciências biológicas, a determinação do sexo do indivíduo se dá pelas suas células reprodutoras, sendo espermatozóides para definir machos e óvulos para as fêmeas. Contudo, biologicamente, isso não define o comportamento masculino ou feminino das pessoas, o que faz isso é a cultura, a sociedade onde estão inseridas. Essa sociedade define alguém como sendo masculino ou feminino, e isso muda de acordo com cada cultura (JESUS, 2012).

De acordo o mesmo autor, sexo é biológico e gênero¹ é social, sendo este último construído pelas diferentes culturas. No Brasil, estudos de gênero ou relações de gênero emergiu nos anos de 1970/1980 em torno da problemática da condição feminina. O gênero vai além do sexo: o que importa, na definição do que é ser homem ou mulher não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente. Se são adotados ou não determinados modelos e papéis de gênero, isso pode independer dos órgãos genitais, dos cromossomos ou de alguns níveis hormonais.

Segundo Butler (2016), existe um imperativo sobre a vida das pessoas que se fundamenta num alinhamento entre sexo/gênero/sexualidade. Esta normativa opera de forma disciplinar sobre os corpos e desejos das pessoas. Exige-se assim uma relação dentro dos padrões esperados entre esses fenômenos, sob os quais qualquer pessoa deve existir e agir de forma coerente entre sexo biológico, expressões de gênero e prática sexual. Em outras palavras, espera-se que todas as pessoas expressem seu gênero (masculino ou feminino) de acordo ao sexo biológico e que qualquer uma possua desejos apenas heterossexuais.

Existem, porém, pessoas que desestabilizam essas normativas com seus corpos, suas sexualidades e que fogem assim dos limites deste alinhamento. As pessoas transexuais, de forma geral, são marcos desestabilizadores dessas normas. Suas imagens compõem a crítica a um modelo social heteronormativo que insiste em aprisioná-las em categorias absolutas e, paradoxalmente, vazias de gênero (BUTLER, 2016).

O termo transexual é aplicado ao indivíduo cuja identidade de gênero difere daquela designada pelo sexo biológico e que pode ou não fazer a transição para o gênero oposto através de intervenções como a administração de hormônios e cirurgia de readequação de gênero.

¹Gênero pode ser definido como aquilo que identifica e diferencia os homens e as mulheres, ou seja, o gênero masculino e o gênero feminino.

[...] Cada pessoa transexual age de acordo com o que reconhece como próprio de seu gênero: mulheres transexuais adotam nome, aparência e comportamentos femininos, querem e precisam ser tratadas como quaisquer outras mulheres. Homens transexuais adotam nome, aparência e comportamentos masculinos, querem e precisam ser tratados como quaisquer outros homens (JESUS, 2012, p. 16).

As pessoas trans, assim como as pessoas cis², expressam diversos comportamentos que juntos caracterizam um gênero que pode ser o masculino, feminino ou a negação de ambos. Essas categorias, portanto, não são uníssonas, absolutas e sim flexíveis (BUTLER, 2016).

Ao contrário do que alguns pensam, o que determina a condição transexual é como as pessoas se identificam, e não um procedimento cirúrgico. Assim, muitas pessoas que hoje se consideram travestis seriam, em teoria, transexuais (JESUS, 2012).

É importante destacar que a identificação como pessoa trans está além do processo transexualizador. Passa, necessariamente, pela autodefinição, em outras palavras, uma mulher trans pode não ter feito a cirurgia de redesignação sexual, mas ainda assim se considerar trans dada sua percepção como pertencente ao gênero oposto ao que lhe foi designado no nascimento.

A população transgênero é historicamente estigmatizada e marginalizada por se desviar dos padrões impostos como normais acerca da identidade de gênero. A ocorrência de violências (físicas, psicológicas e simbólicas, dentre outras) contra essa população é constante. De modo velado, a violência já começa quando o indivíduo é excluído do convívio social saudável, dificultando seu acesso aos serviços e sequer reconhecendo sua identidade (JESUS, 2012).

Percebendo esta realidade, faz-se necessário o desenvolvimento de Políticas Públicas eficientes e eficazes a fim de minimizar ou acabar com as violações de direitos que essa população sofre. Também, é necessário romper com práticas conservadoras nos espaços públicos e privados que atendem a população LGBT+³, uma vez que dentro dos espaços sócio ocupacionais, esta deve ser tratada como detentora de direitos, democráticos e cidadãos, implicando assim em um espaço digno na sociedade e que também tenha acesso às Políticas Públicas de forma universal e igualitária (BORGES; ESTRELA; FÉLIX, 2017).

Este trabalho pretendeu entender e questionar como ocorre luta pela inserção das mulheres transexuais na sociedade contemporânea e no contexto familiar de Palmas-TO.

²Cisgênero (Cis) é o termo utilizado para se referir ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o seu "gênero de nascença".

³LGBT+ é a sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Transgêneros.

Visando responder este questionamento, o desenvolvimento deste trabalho teve como objetivo geral compreender e investigar como ocorre a inserção da condição da mulher transexual na sociedade contemporânea e no contexto familiar. E para que o objetivo geral deste trabalho fosse alcançado, teve-se como objetivos específicos: discorrer sobre as relações sociais e seus dobramentos na sociedade contemporânea; a discussão do contexto social nas suas diversas áreas nas quais as mulheres transexuais estão inseridas e a investigação de como se dão suas relações no contexto familiar.

Como hipóteses levantaram-se a existência de uma sociedade ainda conservadora tendo por consequências pré-conceitos e discriminações acerca das condições sexuais; a dificuldade da sociedade em reconhecer e aceitar a condição da transexualidade; as lutas diárias das mulheres transexuais no qual provocam sentimentos como a insegurança, medo e ansiedade, decorrentes de experiências sociais já vivenciadas.

As violências contra as pessoas trans repetem o padrão dos crimes de ódio, haja vista que são oriundos do preconceito contra alguma característica da pessoa agredida que a identifique como parte de um grupo discriminado. Além de, também, não terem a assistência necessária do estado, sendo estigmatizadas, marginalizadas e perseguidas, e até vítimas de crimes hediondos a exemplo de execução com várias facadas e apedrejamento (BORGES; ESTRELA; FÉLIX, 2017).

A cada 20 horas um LGBTQ+ é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da LGBTQfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBTQ+ (MICHELS; MOTT; PAULINHO, 2018).

O relatório do ano de 2018 mostra que 420 LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) morreram no Brasil no mesmo ano vítimas da homolebotransfobia⁴: 320 homicídios (76%) e 100 suicídios (24%). Uma pequena redução de 6% em relação a 2017, quando se registraram 445 mortes, número recorde nos 39 anos desde que o Grupo Gay da Bahia iniciou esse banco de dados.

O Grupo Gay da Bahia (GGB), um dos órgãos responsáveis por fazer um levantamento anual de assassinatos da população LGBTQ+, tem sido bastante citado como referência sobre a violência sofrida por este grupo no Brasil. O relatório divulgado pelo grupo em 2019 informa que 329 LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais)

⁴ Termo referente à unificação das três fobias: homofobia, lesbofobia e transfobia.

tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia. Foram 297 homicídios e 32 suicídios. Isso equivale a 1 morte a cada 26 horas. O grupo indica uma redução de 26%, se comparado com o ano anterior. Em 2017 foram 445 mortes e em 2018, 420.

De acordo com o Dossiê dos Assassinatos e da Violência contra Travestis e Transexuais brasileiras de 2019, foram confirmadas informações de 124 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 121 Travestis e Mulheres Transexuais e 3 Homens Trans. Destes, encontraram-se notícias de que apenas 11 casos tiveram os suspeitos identificados, o que representa 8% dos dados, e que apenas 7% estão presos. É importante destacar que, em 2019, o Brasil seguiu à frente no ranking mundial de assassinatos de pessoas trans no mundo, desde 2008, conforme dados internacionais da ONG Transgender Europe (TGEU), que constam no dossiê.

Como se repete desde que o GGB iniciou tal pesquisa, em 1980, em termos absolutos predominaram as mortes de 191 Gays (45%), seguido de 164 Trans (39%), 52 Lésbicas (12%), 8 Bissexuais (2%) e 5 Heterossexuais (1%). O Atlas da Violência de 2019 também traz ainda números chocantes com 193 homicídios, 423 denúncias de lesão corporal, e 1720 denúncias de violência em 2017 contra pessoas da comunidade LGBTI+ (IPEA; FBSP, 2019).

Em termos relativos, de acordo com Michels, Mott e Paulinho (2018), as pessoas trans representam a categoria sexológica mais vulnerável a mortes violentas. Esse total de 164 mortes, se referidas a 1 milhão de pessoas trans existentes no país, estimativa referendada pelas próprias associações da categoria, indicam que o risco de uma pessoa trans ser assassinada é 17 vezes maior do que um gay. Já que o IBGE não inclui no censo nacional o segmento LGBT+, estima-se, com base em indicadores diversos da Academia e Governamentais, que exista no Brasil por volta de 20 milhões de gays (10% da população), 12 milhões de lésbicas (6%) e 1 milhão de trans (0,5%).

Percebe-se, através desses dados, a necessidade urgente de problematizar essa realidade, uma vez que as pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBTs), mais especificamente os transgêneros, são vítimas de inúmeras atitudes de preconceito e comportamentos discriminatórios, inclusive assassinatos.

Para a sociedade, a relevância desse estudo se deu na perspectiva de se ter um olhar mais humano para esta população, considerando-os como cidadãos possuidores dos mesmos direitos que todos. Os transexuais, que são confrontados e marginalizados por não se identificarem com o gênero que nasceram, buscam por uma melhor qualidade de vida, livre de preconceitos. Os sujeitos só se tornam inteligíveis na sociedade a partir de sua

identificação com um gênero, masculino ou feminino. Sendo assim, os transexuais, fugindo a essa lógica do binarismo de gênero, se veem pertencentes a um não lugar social.

Para além das teorizações já vistas sobre a população trans, existe ainda um discurso oficial pautado sobre o saber médico, que em seus principais manuais diagnósticos como o Código Internacional de Doenças (CID 10) e o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM V), incorpora suas interpretações sobre a população trans numa perspectiva patologizante.

Segundo o DSM V, “Indivíduos com disforia de gênero apresentam incongruências acentuadas entre o gênero que lhes foi designado (em geral ao nascimento, conhecido como gênero de nascimento) e o gênero experimentado/expresso.” (APA, 2014, p. 453). E, sobre isso, Busin (2015, 20) afirma: “Desta forma, travestis (e transexuais) são vistas obrigatoriamente como anormais ou doentes”.

Para Camino (2010), o interesse da Psicologia brasileira nas questões da sexualidade não heterossexual é ainda algo recente, comparado ao de outros organismos internacionais que há muitos anos vêm despatologizando essas orientações e identidades sexuais. O processo de despatologização dessas identidades poderá ser considerado um assunto da atualidade, tanto para a ciência como para a sociedade.

Em 2013, a publicação da Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans, se torna um marco no processo de despatologização. A fim de garantir a efetividade dos princípios do SUS, as diretrizes nacionais para a realização do Processo Transexualizador foram regulamentadas pelo Ministério da Saúde (MS), por meio da Portaria nº 457/2008.

Com um documento oficial de orientação para a atuação dos psicólogos na promoção da saúde mental dessa população, o CFP afirma que a transexualidade e a travestilidade não constituem psicopatologias, embora sejam expressões do gênero e da sexualidade não normativa (CFP, 2013). Em 2014, é oficialmente regularizada a campanha de comunicação pela despatologização dessas identidades.

Esta pesquisa, para os profissionais da psicologia, faz-se importante para que haja uma maior sensibilidade ao se depararem com questões como essa, da transexualidade. A Resolução CFP 01/2018 reafirma o compromisso da Psicologia brasileira em contribuir com o seu conhecimento para uma reflexão crítica sobre as diversas formas de discriminação e preconceito na sociedade, em específico neste caso, a transfobia. Reconhece que os processos de naturalização do binarismo sexo-gênero provocam violações de direitos às pessoas transexuais e travestis, que carregam sofrimento psíquico

em função da transfobia e são assassinadas/os cotidianamente vítimas de preconceito e discriminação (CRP-03, 2018).

Ainda sobre direitos e deveres de todos como cidadãos, cabe destacar o direito que as pessoas transexuais também possuem ao desejarem o reconhecimento do direito a uma vida digna.

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade (Declaração dos Direitos Humanos, Art. I).

É importante que a atuação dos psicólogos vise à defesa dos direitos e da promoção de saúde destes indivíduos, assim como pautar uma abordagem profissional que defenda a dignidade das pessoas transexuais e que opere com vistas a eliminar as formas de discriminação, opressão e violência que enfrentam cotidianamente. Participar dos movimentos sociais, ter constante reflexão sobre a prática, a troca de experiências, terem formação e atualização permanentes são elementos importantes para a formação de todos os profissionais que pretendem atuar junto às pessoas trans.

A relevância do trabalho para a pesquisadora deu-se na forma de se aprofundar mais quanto ao assunto abordado. Levando em conta que falar de pessoas trans, e principalmente sobre as mulheres trans, ainda é um tabu dentro da sociedade, pretendeu-se desmitificar aspectos que dão força a preconceitos e julgamentos. Importante também ressaltar que ainda é prevalente a visão patológica de tal condição, logo, faz-se necessário maior esclarecimento e entendimento visando o bem-estar de todos. Cabe salientar que, uma pesquisadora cis pesquisando pessoas trans é uma forma de dar mais espaço para a quebra de tabus próprios construídos na sociedade machista, cisheteronormativa, sexista, e LGBTfóbica.

As várias áreas do conhecimento que buscam definir o tema da transexualidade tentam designar esse saber para si, gerando várias controvérsias entre os diferentes autores. Torna-se importante, portanto, buscar no discurso da mulher transexual, um saber que é resultado de suas vivências.

2 COMPREENDENDO AS DIMENSÕES DA SEXUALIDADE

As definições atuais da sexualidade abarcam, nas ciências sociais, significados, ideias, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias que são configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico que vai evoluindo e que está sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações e que se encontra sujeito a debates e a disputas políticas (GÊNERO, 2009).

A sexualidade e as diferentes formas de vivência das relações afetivas são aspectos da vida humana que despertam a curiosidade e geram polêmica. Para entender como o ser humano se relaciona, é preciso conhecer primeiramente alguns conceitos que auxiliarão no melhor entendimento das relações consigo mesmo e com o outro.

A Figura 01 apresenta o “Biscoito Sexual”, que é uma forma didática de entender a questão de sexo biológico, orientação sexual (afeto), expressão de gênero (como eu me mostro) e a identidade de gênero (como eu me sinto). Oriundo de movimentos sociais, o Biscoito Sexual foi desenvolvido em prol da melhor compreensão social da sexualidade. Assim, este traz conceitos que serão abordados ao longo do trabalho.

Figura 01: O Biscoito Sexual



Fonte: Capazes (2015), adaptada por OLIVEIRA (2020).

A seguir, tais dimensões da sexualidade serão apresentadas a fim de compreender os diversos conceitos que abarcam o universo sexual.

2.1 Sexo Biológico

O sexo biológico consiste na terminologia atribuída de acordo com as marcas anatômicas, características genótípicas e fenotípicas do corpo humano (PICAZIO, 1998). Portanto, é a classificação dos indivíduos como machos ou fêmeas (em sistemas binários), designado ao nascimento, geralmente baseado na aparência da anatomia externa.

Há ainda o “intersexo” (intersex, na figura), termo comumente usado para designar uma variedade de condições em que uma pessoa nasce com uma anatomia reprodutiva ou sexual que não se encaixa na definição típica de sexo biológico feminino ou masculino. Por exemplo, uma pessoa pode nascer com uma aparência exterior feminina, mas com anatomia interior maioritariamente masculina. Ou ainda, uma pessoa pode nascer com uma variedade genética em que algumas das suas células têm cromossomos XX e outros cromossomos XY. (O QUE É INTERSEXO?, 2015)

A biologia define o sexo biológico como uma combinação de características corporais anatomofisiológicas que incluem: cromossomos, hormônios, órgãos reprodutivos internos e externos e características sexuais secundárias (DIEHL; VIEIRA, 2017).

Logo, entende-se que é definido pelo aspecto físico no qual o indivíduo nasce estando diretamente relacionado à presença de uma vulva ou de um pênis. Sendo assim, a fêmea possui vulva, vagina, útero, ovários e cromossomos XX; o macho possui pênis, testículos e cromossomos XY.

É válido ressaltar que a sexualidade é dinâmica, multifacetada e sua percepção é historicamente localizada (WEEKS, 1999; FRY, 1985); portanto, binarismos como masculino-feminino e homo-hétero podem não ser adequadas e/ou suficientemente abrangentes. Assim, o sexo biológico do indivíduo não definirá qual será a direção do seu desejo afetivo.

2.2 Orientação Sexual

A orientação sexual diz respeito à atração afetivos sexual por alguém de algum/ns gênero/s (JESUS, 2012). Ela pode também envolver questões sentimentais, e não somente sexuais. Portanto, a orientação sexual não é um constructo estático, que possa ser prontamente mensurado ou facilmente categorizado.

Relações que envolvem indivíduos de sexos opostos, feminino e masculino, configuram-se como relações heterossexuais (ou heteroafetivas). Se a atração é por aqueles do mesmo sexo, sua orientação é homossexual (ou homoafetiva). Há também aqueles que se interessam por ambos: os bissexuais (ou biafetivos). Pessoas do gênero masculino com

orientação homossexual geralmente são chamados de gays; e as do gênero feminino, lésbicas (DIEHL; VIEIRA, 2017).

Alguns consideram, ainda, os assexuais (não apresentados na figura), que seriam aqueles indivíduos que não sentem nenhuma atração sexual, seja pelo sexo oposto ou pelo sexo igual. É válido ressaltar que os assexuais ainda são considerados como uma “sexualidade” em construção. E os pansexuais (também não representados na figura), que acreditam que podem desenvolver atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas, independente da sua identidade de gênero ou sexo biológico. A pansexualidade é uma orientação que rejeita especificamente a noção de dois gêneros e até de orientação sexual específica (MARSHALL CAVENDISH CORPORATION, 2010).

Importante destacar que os assexuais e pansexuais são orientações sexuais que ainda não são considerados pela medicina e psicologia, sendo termos ainda em construção. A aceitação como orientação sexual e o início das pesquisas científicas em relação ao tema ainda são muito recentes.

A orientação sexual independe de como o indivíduo se mostra perante a sociedade, de como ele se expressa. Ou seja, um indivíduo que se expressa de forma oposta ao seu sexo biológico pode continuar a direcionar seu desejo afetivo por alguém do mesmo gênero ou do gênero oposto ao seu.

2.3 Expressão de Gênero

A expressão de gênero está relacionada à performance, à prática e ao reconhecimento social (BENTO, 2008). Portanto, a expressão de gênero refere-se às manifestações externas de gênero, expressas por meio de nome, pronome, vestimentas, corte de cabelo, comportamento, voz e características corporais. A sociedade identifica esses sinais como masculinos ou femininos, embora o que é considerado masculino e feminino se modifique ao longo do tempo e varie conforme a cultura (DIEHL; VIEIRA, 2017).

Um exemplo de expressão de gênero são os artistas que fazem uso da feminilidade estereotipada e exacerbada em suas apresentações, sendo conhecidos como dragqueens (mulheres fantasiadas como homens, são drag kings). O termo mais antigo, usado no Brasil para tratá-los é o de artistas transformistas. Dragqueens/king são transformistas que vivenciam a inversão do gênero como espetáculo, e não como identidade (JESUS, 2012).

A manifestação performática, dita expressão de gênero, difere de como este indivíduo se percebe, sua identidade de gênero. Como mencionado acima, o exemplo das

dragqueens (homens que fazem uso do estereótipo feminino), mostra que apesar de se apresentarem com performances, vestuários e aspectos femininos, os artistas continuam se considerando como homens. Isto é, não afeta a sua auto-percepção, a sua identidade de gênero.

2.4 Identidade de Gênero

A construção social do sexo biológico, ou seja, o que é desenvolvido através das relações sociais é designado pelo termo de gênero. Este termo faz uma distinção entre a dimensão biológica associada à natureza (sexo) da dimensão social associada à cultura (gênero). Entende-se que a identificação de um gênero sexual discordante com o que se esperaria de alguém de determinado sexo biológico é uma questão de identidade de gênero (JESUS, 2012).

A identidade, por ser uma representação social, é móvel, oriunda de processos que envolvem a mobilidade das relações, a qual se inscreverá em scripts sexuais culturais da formação dos sujeitos (BOZON, 2004).

Segundo Jesus (2012), o gênero sexual vai além do sexo biológico. O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente. O gênero sexual, portanto, difere do sexo biológico por ser socialmente construído.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define gênero como conceitos sociais de papéis, comportamentos, atitudes e características que cada sociedade considera adequados para homens e mulheres (OMS, 2016). Segundo, Monteiro e Vargas (2009), o gênero é culturalmente construído, ao se atribuir “valores e sentidos diversos à constituição anatômica e à participação de mulheres e homens na reprodução biológica”.

No que se refere à identidade de gênero, os atributos e os atos de cada sexo são performativos, uma vez que no mundo globalizado, as expressões de gênero já não são presumíveis, mas sim potencializadoras de espaços de liberdade, de transitoriedade e de alternativas (BUTLER, 2016), além de a sexualidade ser dotada de plasticidade (GIDDENS, 1993) e fluidez.

Portanto, identidade de gênero é a experiência subjetiva de uma pessoa a respeito de si mesma e das suas relações com outros gêneros. Não depende do sexo biológico da pessoa, mas de como ela se percebe. Essa identidade pode ser binária (homem ou mulher), mas também pode ir além dessas representações e rechaçar ambas as possibilidades de reconhecimento, sendo assim pessoas não-binárias (JESUS, 2012). Por exemplo, um

gênero não-binário é o agênero, que se caracteriza basicamente pela ausência de gênero. Também há o bigênero, que se caracteriza pela vivência de dois gêneros simultaneamente (por exemplo: mulher e homem ao mesmo tempo).

Em sua obra a autora define ainda a identidade de gênero como:

Gênero com o qual uma pessoa se identifica que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero.

A vivência discordante de um gênero (cultural) com o que se esperaria de alguém de determinado sexo (biológico) não deve ser tratada como um transtorno, mas sim como uma questão de identidade, como acontece com travestis e pessoas transexuais, que compõem o grupo de transgêneros.

De acordo com Jesus (2012), acredita-se que a identidade de gênero possa ser afetada por uma variedade de estruturas sociais, incluindo etnicidade, trabalho, religião ou não religião, e família.

O termo transexual é aplicado ao indivíduo cuja identidade de gênero difere daquela designada pelo sexo biológico e que pode procurar fazer a transição para o gênero oposto através de intervenções como a administração de hormônios e cirurgia de readequação de gênero.

[...] Cada pessoa transexual age de acordo com o que reconhece como próprio de seu gênero: mulheres transexuais adotam nome, aparência e comportamentos femininos, querem e precisam ser tratadas como quaisquer outras mulheres. Homens transexuais adotam nome, aparência e comportamentos masculinos, querem e precisam ser tratados como quaisquer outros homens (JESUS, 2012, p. 16).

Desta forma as pessoas que se identificam com um gênero que não corresponde ao seu sexo biológico são chamadas transgêneros, pois transcendem este binarismo sobre o qual se sustentam, historicamente, as noções de gênero. Já aquelas que sua identidade de gênero corresponde ao seu sexo biológico, são chamadas de pessoas cisgêneros.

Cada pessoa transexual é tratada de acordo com o seu gênero: mulheres transexuais adotam nome, aparência e comportamentos femininos, querem e precisam ser tratadas como quaisquer outras mulheres. Homens transexuais adotam nome, aparência e comportamentos masculinos, querem e precisam ser tratados como quaisquer outros homens (JESUS, 2012).

Ainda segundo a autora, uma pessoa transexual pode ser bissexual, heterossexual ou homossexual, dependendo do gênero que adota e do gênero com relação ao qual se atrai afetivo-sexualmente. Portanto, mulheres transexuais que se atraem por homens são

heterossexuais, tal como seus parceiros, homens transexuais que se atraem por mulheres também; já mulheres transexuais que se atraem por outras mulheres são homossexuais, e vice versa.

Pinto e Bruns (2009) esclarecem ainda que, da mesma forma que qualquer outra pessoa, o transexual pode ter orientação heterossexual, homossexual ou bissexual, fato que não altera o sentimento de não pertencimento ao gênero que seu sexo o posiciona.

3 CONTEXTO HISTÓRICO DA TRANSEXUALIDADE

Conforme visto no capítulo 2, a transexualidade refere-se a uma condição em que o indivíduo cuja identidade de gênero, o sentimento de ser um homem, uma mulher, ou nenhuma das duas categorias, não corresponde a de seu sexo biológico. A manifestação do gênero no qual o sujeito se identifica é construída socialmente através das relações consigo mesmo e com os outros, em sociedade.

De acordo com Diehl e Vieira (2017), a diversidade de gênero não é uma condição moderna. Há precedentes mitológicos, históricos e científicos em muitas sociedades e culturas que constituem fenômenos socioculturais. E que, apesar de existirem relatos de mudanças de gênero desde a antiguidade, pode-se dizer que esta condição só passou a ser reconhecida recentemente.

Estudos apontam a existência dos trânsitos entre gêneros em outras culturas e momentos históricos, que embora seja específica de cada contexto, ajudam a compreender acerca da historicidade dessa condição (VIEIRA e PAIVA, 2009).

Para Bento (2008), a transexualidade não é uma experiência identitária a-histórica, ao contrário, revela com toda dor e dramaticidade os limites de uma ordem de gênero que se fundamenta na diferença sexual. Quando se retira o conteúdo histórico dessa experiência, apagam-se as estratégias de poder articuladas para determinar que a verdade última dos sujeitos está no seu sexo.

Em sua obra, Bento (2008) ainda sugere que a transexualidade é uma experiência identitária caracterizada pelo conflito com as normas de gênero. Segundo a autora, a transexualidade é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros no corpo.

Quando se remete às experiências de trânsitos entre gêneros, é importante não realizar uma análise presentista (Butler, 2003), caracterizada pela universalização de uma série de pressupostos, independentemente das condições históricas e culturais. De acordo ainda com a autora, sendo a transexualidade uma experiência identitária, essa definição se confronta com as ciências que a qualifica como uma “doença mental” e a relaciona ao campo da sexualidade e não ao gênero.

Na mitologia grega já era possível se observar registros mudanças de gênero como modo de castigo ou punição, onde deuses se transformavam em gêneros opostos ao que lhes foram designados no nascimento. Na obra de Diehl e Vieira (2017) pode-se observar o caso de Tirésias, o profeta cego de Tebas que ficou famoso por ter passado sete anos transformado em mulher, que ao encontrar com um casal de cobras matou a fêmea e

imediatamente tornando-se mulher. E, posteriormente, ao encontrar novamente outro casal de cobras e matar o macho voltou a tornar-se homem de novo.

Segundo Green (1998), há ainda referências na mitologia greco-romana da influência transexual dramatizada na Venus Castina, Deusa que simpatizava com os anseios das almas femininas detidos em corpos masculinos. Havia também um Deus, filho de Hermes e da Deusa do Amor Afrodite, chamado Hermafrodita, que possuía mamas e pênis ao mesmo tempo, e conforme as representações existentes nos museus lembravam muito os atuais travestis ou transexuais, tanto em forma física como em postura: masculina e feminina ao mesmo tempo.

Também há registros históricos anteriores à Renascença que descrevem diferentes interpretações acerca da variação de gênero e, até mesmo, de alterações de caracteres sexuais. Contudo, é interessante pontuar que um homem nunca poderia ser “transformado em mulher”, mas uma mulher poderia ser “transformada em homem”. Isso aconteceria porque a natureza, conforme a concepção isomórfica corrente à época, poderia somente acrescentar, em vez de retirar (SAADEH, 2004).

Conforme ainda Saadeh (2004), a história da Papisa Joana, provavelmente fictícia, segundo historiadores, relata que no Império Romano, na Europa do século 9, houve um papa, sucessor de Leão IV, chamado João VIII, que, em 15 de agosto de 858, foi acometido de fortes dores no ventre. Eram dores de parto. Só então se soube que o Papa era do sexo feminino e morreu ao dar à luz. O bebê também não sobreviveu.

Do ponto de vista científico, a temática ganha mais espaço somente no início do século XX. Entre os primeiros registros de cirurgia de “redesignação sexual”, de “transgenitalização”, de “adequação sexual” ou de “afirmação de gênero”, está aquela realizada por Lili Elbe, uma alemã designada homem ao nascimento, que se adequou cirurgicamente como mulher, datada do início de 1930 (TARVER, 2005).

Dr. Harry Benjamin, alemão, médico e sexólogo, na década de 40, foi quem estudou os primeiros pacientes transexuais, como eles se descreviam a si próprios. Sem uma terminologia adequada, na época, suas descrições precoces deste fenômeno são idênticas às atuais: reconhecimento precoce, tentativas de se vestir como o sexo oposto secretamente, a culpa, as tentativas sem sucesso de mudar seus desejos e sentimentos e tentativas de "purificações" episódicas ou contínuas. Os pacientes encontraram em Harry Benjamin e sua equipe uma compreensão de seus problemas e um guia para alcançar as modificações que desejavam (SCHAEFER, 1995).

A novidade que o século XX trouxe para as pessoas transexuais foram os avanços médicos, que lhes permitiram adquirir uma fisiologia quase idêntica à de mulheres e homens cisgênero (JESUS, 2012). Mais precisamente a partir de 1950, se observou um saber médico para esta experiência identitária que se materializou em diagnósticos diferenciados.

A expressão “transexual” surgiu pela primeira vez em 1953, após vários estudos realizados por Harry Benjamin na década de 40. Ela foi utilizada para designar indivíduos que, biologicamente normais, se encontravam inconformados com seu sexo e queriam, profundamente, a troca do mesmo sexo, apesar de possuírem aparelhos genitais em estado perfeito.

Athayde Luna diz que:

O termo Transexual surgiu do uso profissional e leigo, na década de 50 para designar uma pessoa que aspirasse realmente viver no gender role anatomicamente contrário, independente do uso de hormônios e de mudanças cirúrgicas. Durante as décadas de 60 e 70, os clínicos começaram a usar o termo “Verdadeiro Transexual” para designar aqueles que comprovadamente viveriam melhor após um curso terapêutico que culminaria com a cirurgia genital. Finalmente o termo “síndrome de disforia de gênero” foi adotado para designar a presença de um distúrbio de gênero (LUNA, 2001, p. 408).

A primeira cirurgia de transgenitalização no Brasil foi realizada em Dezembro de 1971, pelo Dr. Roberto Farina. Na época, o procedimento cirúrgico não era reconhecido pelos órgãos representativos da classe médica brasileira o que tornava a cirurgia sem respaldo ético. A repercussão da cirurgia de troca de sexo teve um impacto forte na mídia devido aos padrões vigentes na época de tabus e preconceitos arraigados que deram argumentos a um procurador da justiça do estado a promover uma acusação ao médico de mutilação (MILITÃO, 2019).

O diagnóstico de *Transexualismo* foi introduzido no DSM-III (Manual Diagnóstico e estatístico das Desordens Mentais) em 1980, para os indivíduos com gênero disfórico que demonstrassem durante, pelo menos, dois anos, um interesse contínuo em transformar o sexo do seu corpo e o status do seu gênero social.

Em 1994, o DSM-IV trocou o termo *Transexualismo* por *Desordem da Identidade de Gênero*, que também pode ser encontrado no CID-10 (Classificação Internacional de Doenças). Entre a publicação do DSM-III e o DSM-IV, o termo *Transgênero* passou a ser usado em referência a pessoas com identidade de gênero não comuns, de qualquer tipo. Este termo não significa um diagnóstico formal, mas muitos profissionais e leigos o acharam mais fácil (MEYER, 2011).

A partir de estudos, a Organização Mundial da Saúde retirou da Classificação de Doenças (CID 11), que entrará em vigor em 2022, a travestilidade e transexualidade do capítulo de Transtornos de Personalidade e Comportamento, deixando de ser consideradas como um transtorno mental. Pela nova edição da CID 11, a transexualidade sai, após 28 anos, da categoria de transtornos mentais para integrar o de “condições relacionadas à saúde sexual” e passa a ser classificada como Incongruência de Gênero, considerando-a uma “incongruência acentuada e persistente entre o gênero experimentado pelo indivíduo e aquele atribuído em seu nascimento” (OMS, 2018).

Antes mesmo da decisão da OMS, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) já havia publicado a Resolução CFP nº01/2018, que orienta a atuação profissional de psicólogas e psicólogos no Brasil para que travestilidades e transexualidades não sejam consideradas patologias.

Com a impossibilidade de qualquer exame clínico no qual determine se a pessoa que reivindica uma identidade transsexual é “um/a transsexual de verdade” levaram áreas da saúde e da justiça a estabelecer procedimentos pelo saber médico e psicológico, para determinar se a pessoa que se diz transsexual é realmente transsexual.

Na contemporaneidade, as pessoas transexuais não são as únicas que rompem e cruzam limites estabelecidos socialmente para os gêneros. As travestis, os transgêneros, as *dragqueens*, os *drag kings*, são exemplos que desfazem a relação simplista vagina-feminino e pênis-masculino.

Transexualidade, travestilidade, transgênero, são expressões identitárias que revelam divergências com as normas de gênero uma vez que estas são fundadas no dimorfismo, na heterossexualidade e nas idealizações. As normas de gênero definirão o considerado “real”, delimitando o campo no qual se pode conferir humanidade aos corpos (BUTLER, 1990).

4 QUESTÕES SOCIAIS SOBRE À TRANSEXUALIDADE FEMININA

Ao abordar o fenômeno da transexualidade, é preciso entender que gênero e sexualidade são construções sociais que sofrem influência do tempo histórico, político e cultural. Segundo Foucault (2005), na história da humanidade, a sexualidade é um dos dispositivos das relações de poder, pois se busca o adestramento do corpo pela produção da subjetividade que ocorre no campo do imaginário. Para tal autor, a invenção da sexualidade obedece à normatização do corpo através de regras pré-estabelecidas pela sociedade em cada momento histórico.

A especificidade de transexualidade está na explicitação dos limites das normas de gênero, à medida que a reivindicação de passagem do gênero imposto ao nascer para o gênero identificado exige que os defensores dessas normas de gênero se posicionem. Embora as pessoas que vivem a experiência transexual não apresentem nenhum tipo de alteração em suas estruturas cromossômicas ou de qualquer outro tipo, são consideradas doentes mentais.

Beauvoir (2009) analisou o papel da mulher na coletividade ocidental, escandalizando a sociedade parisiense ao afirmar: “Ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher”. Para a filósofa, o meio sociocultural, histórico, político e econômico irá moldar a construção da identidade de gênero. De acordo com esse enfoque, é através da interação social que o indivíduo se constituirá em homem ou mulher, e não por ter nascido com a marca anatômica sexuada que o designa como macho ou fêmea.

A autora ainda afirma que é através do corpo, como instrumento de conhecimento do meio social, que se irradia a subjetividade. Pode-se compreender, através dessa perspectiva, que a identidade de gênero será constituída através das relações da criança com o seu meio sociocultural e que a formação do feminino ou do masculino não estará alinhada com o sexo biológico do nascimento.

A partir do panorama traçado em torno das recentes discussões sobre a transexualidade, entende-se que, para muitos, a anatomia seria o indicador do sexo ao qual o sujeito pertence e os comportamentos deveriam corresponder a este corpo masculino ou feminino. Estamos falando de uma cultura binária, na qual apenas dois sexos são os dominantes e aceitos como naturais.

No entanto, verifica-se que a identidade sexual nem sempre se constrói na direção socialmente esperada, seguindo as condutas heteronormativas. Além disso, cada cultura tem suas próprias normas, não sendo elas universais. Segundo o DSM IV (2002), “[...] um clínico que desconheça o marco de referência cultural de um indivíduo pode equivocar-se

ao considerar como psicopatologia as variações normais do comportamento, crenças ou experiências peculiares da cultura do indivíduo [...]” (DSM IV, 2002, p.30).

De acordo com Murta (2007), por questões culturais, o sexo é tido como algo eminentemente natural, enquanto que o gênero seria o resultado de uma construção moldada por fatores sócio-históricos. A depender do comportamento, dos desejos manifestos e das escolhas de cada um, incluindo a vida afetiva, as pessoas poderão estar em acordo ou desacordo com as expectativas impostas pelas normas sociais. Dentro dessa visão, a mulher deve ser alguém que reúna caracteres físicos e emocionais pré determinados, assim como ocorre com os homens. Canguilhem (1943/1990) afirmou como característica essencial da saúde a normatividade. Normatividade, segundo esse autor, não diz respeito à adaptação às normas sociais vigentes, mas sim à possibilidade de criar novas normas de vida.

Ao normatizar as relações de gênero impondo regras para o feminino e para o masculino, atua-se na preservação das relações patriarcais de gênero, as quais estão intimamente imbricadas às relações de classe. Assunção (2018) traz uma importante reflexão: “[...] as diferenças entre homens e mulheres foram naturalizadas, e, no entanto, historicamente construídas e socialmente aprofundadas”.

No mesmo sentido, Cisne e Santos (2018), ao discutirem sobre as relações sociais de sexo, indicam que Butler (1990) historiciza a categoria sexo e elucida que é um processo pelo qual as normas regulatórias se materializam pela reiteração forçada de modelos preestabelecidos pelo patriarcado. E as autoras vão além, questionando a origem dessas normas e identificando sua determinação material e histórica, portanto, inseridas no sistema de exploração de classe: “[...] é a realidade, com a concretude histórica das relações sociais e seus antagonismos postos na luta de classes, que determina as normas e as ideias” (CISNE e SANTOS, 2018, p. 49).

Nota-se, que os movimentos sociais trouxeram grandes avanços que tiveram por finalidade lutar por direitos sociais, rompendo com os paradigmas que vitimizam e impedem o acesso de determinados grupos aos seus direitos e com isso ficava no mundo invisível, sem reconhecimento e valorização enquanto atores sociais que buscam por reconhecimento e valorização na sociedade capitalista marcada pela precarização e sucateamento em volta deste referidos atores sociais.

A violência que o segmento social LGBTQ+ sofre reflete diretamente no convívio familiar, social, que vai de encontro com a criminalidade que acarreta a pauperização, o desemprego, drogadição, a prostituição e conseqüentemente as doenças sexualmente

transmitidas (DST), em virtude da falta de programas de geração de renda e ações de combater as doenças a este grupo sociais que são mais vulneráveis.

Dentre os direitos conquistados por esse público, está o uso e respeito ao nome social das travestis e dos (as) transexuais, ou seja, aquele pelo qual transexuais e travestis preferem ser chamados (as), em contraposição ao nome do registro civil, que não corresponde ao gênero com o qual se identificam. O uso do nome social nos serviços de saúde é garantido pela Portaria no 1.820/2009, que descreve que o usuário deve ser identificado

[...] pelo nome e sobrenome civil, devendo existir em todo documento do usuário e usuária um campo para se registrar o nome social, independente do registro civil sendo assegurado o uso do nome de preferência, não podendo ser identificado por número, nome ou código da doença ou outras formas desrespeitosas ou preconceituosas. (BRASIL, 2009)

As pessoas transexuais passam boa parte da vida utilizando-se das mais diversas estratégias para conseguir driblar as situações constrangedoras às quais são submetidas. A discriminação e as pressões familiares e sociais são fatores geradores de violência psicológica. Em alguns casos, busca-se, por algum tempo, viver de acordo com o esperado no ambiente social e familiar, na tentativa de se proteger de situações insultórias e de discriminação, mesmo à custa do sofrimento pelo sentimento de desconforto com o seu sexo biológico (SAMPAIO E COELHO, 2012).

Segundo ainda as autoras, para os adolescentes transexuais, diferentemente dos demais, os caracteres sexuais que surgem na adolescência produzem descontentamento e incômodo. Na fase em que o desacordo com o corpo, ou mais especificamente as áreas do corpo que revelam o sexo biológico, passa a produzir sofrimento devido à sua incongruência com o sexo psicológico e o gênero a que se sente pertencer, acentua-se o desejo de um corpo que corresponda à própria identidade.

No setor da saúde e entre as pessoas transexuais, as cirurgias, ainda hoje, constituem uma questão central. Segundo Braga (2007), a pessoa transexual “deseja estar efetivamente na mesma posição em que está a mulher ou o homem; isso vai para além do artifício da aparência, migra para a ordem de uma funcionalidade do corpo (mesmo que esta também não seja atingida em sua completude) [...]”. (BRAGA, 2007, p. 120). A problemática em torno do tema não se encerra com a possibilidade ou não de realização da cirurgia e tratamentos hormonais. Tão importantes quanto são os aspectos legais com relação à troca de nome na identidade e certidão de nascimento, muitas vezes obstaculizada pela “resistência do Poder Judiciário brasileiro [...] em lidar com situações que envolvam

cidadãos e cidadãs, de algum modo não enquadradas (os) na lógica heteronormativa binária de sexualidade e de gênero, a partir da qual ele opera” (SILVA JÚNIOR, 2008).

De acordo com Santos (2007), se na sociedade contemporânea os sujeitos existem a partir de um corpo sexuado, então é preciso que esse corpo externalize a forma como o sujeito pensa seu sexo e seu gênero. São as roupas, cabelos, adereços corporais, jeitos e trejeitos que, cotidianamente, expressam isso, através das normas de gênero que definem, à primeira vista, quem é homem ou mulher e o quanto o masculino e/ou feminino de uma pessoa está de acordo com o esperado de seu gênero performatizado (LEITE JR, 2008).

A transexualidade revela que pertencer a uma cultura regida pela heteronormatividade não basta para que suas expressões de sexo e gênero sejam submetidas e direcionadas ao que é apontado e esperado socialmente. Fica evidente que para essas pessoas a anatomia não é suficientemente capaz de subordinar a condição psíquica sexual. Nessa direção, a estreita relação entre a transexualidade e a patologia vem sendo questionada e repensada, assim como tem crescido a luta pelo reconhecimento social das múltiplas identidades de gênero (SAMPAIO E COELHO, 2013).

5 CONTEXTO FAMILIAR DA PESSOA TRANSEXUAL

A infância e a adolescência são períodos demarcados pelo início da construção de identidades, experimentações, descobertas, afirmação social e questões relativas ao gênero, tendo como principal referência à maneira com a qual o corpo se apresenta na sociedade e padrões comportamentais a serem realizados por meninos e meninas (BRAGA; DELL'AGLIO, 2013; CAMPOS, 2011). Apesar de os conflitos em relação à sexualidade se destacarem na adolescência, na infância já há indicativos da transexualidade.

De acordo com Jesus (2012), as pessoas reconhecem a sua identidade de gênero ainda na infância, e muitas vezes podem expressar esse desejo adotando elementos simbólicos desse gênero. As crianças que não se identificam com o gênero de nascimento, enfrentam dificuldades de opressão social e experimentam sentimentos de preconceito, discriminação social e negação quanto a sua própria identidade de gênero, fato este que torna o processo de autoaceitação doloroso.

Na adolescência, a pessoa transexual enfrenta a maior de suas dificuldades, pois é quando se iniciam os conflitos internos e externos. Ao mesmo tempo em que o indivíduo possui um desejo de assumir a sua identidade de gênero, enfrenta o preconceito social e familiar, buscando então tratamentos psicológicos para tentar recuperar a identidade idealizada pela família, que não entende esta condição identitária.

Pessoas que se identificam com alguma das condições da transgeneralidade enfrentam um primeiro desafio: reconhecer a si mesmas e fazer decisões pessoais sobre se e quando irão se apresentar aos outros da forma como se identificam. Cada um (a) tem o seu tempo. É preciso compreender que essa atitude não é simples de se tomar, nem fácil de pôr em prática, porém é necessária, para que elas possam ser quem são por inteiro, entre seus amigos, na família, no trabalho, na rua (JESUS, 2012).

As pessoas transexuais sofrem em sua trajetória de vida discriminações na área profissional, sendo considerado incompetente sem mesmo antes poder demonstrar sua capacidade. Na escola, na maioria dos casos, acaba por não dar continuidade aos estudos por não suportar a pressão sofrida pelos próprios colegas. Porém, pode-se considerar que a pior discriminação acontece em sua própria casa. A família, ao invés de acolher, tornou-se o primeiro grupo de sociabilidade produtor de exclusão, onde se inicia o rompimento de vínculos e o processo de estigmatização, deixando os transexuais vulneráveis, marcados negativamente e depreciados ao ponto de serem desprovidos do direito a ter direitos (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015).

O primeiro momento de discriminação acontece, na maioria das vezes, no próprio ambiente familiar, quando nota-se que a criança e/ou o adolescente foge do padrão que é rigidamente estabelecido ao que é considerado do comportamento “masculino” ou “feminino”. Assim, acontece um processo de “correção” por meio de olhares reprovadores, violências verbais e físicas, podendo desencadear na fuga deste sujeito ou sua expulsão do núcleo familiar.

Esse processo de exclusão se desenvolve como ondas, propagando-se da família para a comunidade, desta para escola, para os serviços de saúde e demais espaços e contextos de relações com que essas pessoas venham a interagir (PERES, 2005).

Estudos realizados indicam que ante os primeiros investimentos para exteriorizar o gênero com o qual se identificam, algumas famílias passam a excluir as pessoas travestis e transexuais. A exclusão familiar vulnerabiliza e pode trazer consequências para outros aspectos do ser social, quer na dimensão educacional, territorial, mercado de trabalho, entre outras dimensões da vida.

A família é uma unidade sistêmica que tem uma identidade característica, a qual, seguidamente, adquire o perfil transgeracional dos pais, de modo que, às vezes, a aludida identidade fica cristalizada, sempre repetindo as mesmas pausas de conduta e de valores. Porém, em muitas outras vezes, vai sofrendo inevitáveis transformações, em meio a crises e surgimento de novas necessidades e problemas, dessa forma adquirindo uma modificação de estrutura familiar, e uma aquisição de novos valores, normas e conduta (ZIMERMAN, 2010).

A não aceitação e acolhimento da família levam os transexuais, por muitas vezes, a saírem de casa e a se sujeitar a uma vida de vulnerabilidades. Por vezes é requisitado a eles que não frequentem as reuniões de família para não causar constrangimento, por exemplo. Sem muita opção de moradia e meios de se sustentar, podem ir viver no contexto da rua e da noite e encontrar na prostituição um meio de sobrevivência, o que as coloca em situação de risco (KULICK, 2008).

Observa-se que tanto o modelo tradicional de família, quanto os sistemas escolares, a educação não formal, as instituições de apoio espiritual e a cultura do entretenimento-lazer constituíram vetores de socialização que garantiam a reprodução dos processos de binarização e dicotomização de todos os aspectos da vida coletiva, trazendo consigo a exclusão das minorias sexuais. Ao lado disso, surgiu um paradoxo, dado que a mesma sociedade que implantou a democratização dos espaços de participação, integração e inserção social ficou responsável (indiretamente) pela formação de redes clandestinas de

certos coletivos que foram expulsos do tecido social e os obrigou a criar seus próprios mecanismos e espaços de socialização (LEVINE, 2009).

Com relação à família, sendo essa instituição considerada o núcleo da sociedade, foi convertida no objeto de regulação jurídica a partir do qual se testariam os estatutos legais e as sexualidades (hetero)normatizadas e controladas. A escola, pelo contrário, seria o meio de socialização e o locus onde se testariam e externariam os valores de comportamento e atuação ético-morais aprendidos em casa, mas também funcionaria como um meio paradigmático de segregação dos sexos e dos gêneros (CECCARELLI; FRANCO, 2010; ROCHA; GROSSI, 2009).

Nesse contexto, surge o espaço de violação dos direitos ao apartar, por preconceito (NIETO, 2008) e discriminação, a pessoa da convivência familiar, tornando seu percurso socio-histórico mais vulnerável ante a falta de rede primária (CECCARELLI; FRANCO, 2010) de apoio. Em contrapartida, alguns familiares de pessoas travestis e transexuais relatam importante fortalecimento de vínculos após a aceitação da expressão de gênero do membro familiar (SANTOS; MARTINELLI, 2019)

Na atuação profissional nos processos de natureza de retificação de nome e sexo jurídico observa-se que esse desenraizamento familiar exige das pessoas travestis e transexuais a substituição de laços sócio familiares e socioculturais que influenciaram sua constituição humana, tirando do indivíduo o direito de continuar em seu meio social de convívio (GOIS, 2014).

6 METODOLOGIA

6.1 Desenho do Estudo

O presente trabalho se caracterizou por ser uma pesquisa de abordagem qualitativa, preocupando-se com a compreensão de um grupo social, cujo objetivo é de produzir informações aprofundadas, seja a amostra pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991).

Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador.

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Também de natureza aplicada, esta pesquisa teve como objetivo promover discussões do tema para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais. A pesquisa aplicada concentra-se em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais. Ela está empenhada na elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções. Responde a uma demanda formulada por “clientes, atores sociais ou instituições” (THIOLENT, 2009, p.36).

Com base nos objetivos, pôde ser classificada como uma pesquisa de forma exploratória, tendo como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, provocando reflexões acerca da realidade. Assim como a grande maioria dessas pesquisas, esta envolveu: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007).

Como método de pesquisa este trabalho adotou a Psicologia Discursiva que propõe como metodologia a Análise do Discurso. Este não é um método no sentido de um conjunto de procedimentos sequenciais bem estabelecidos a serem seguidos cujo resultado final é o

conhecimento verdadeiro sobre o fenômeno estudado. O que se propõe é um arcabouço teórico relativo à natureza da linguagem e seu papel na vida social, bem como um conjunto de sugestões e cuidados sobre como ele pode ser estudado (ANTAKI et al., 2003).

A Psicologia Discursiva busca compreender como o discurso realiza práticas sociais, sem se restringir à estrutura linguística ou às cognições subjacentes à conversa. Nesse sentido, as conversas e os textos são entendidos como partes de práticas sociais. Entre os principais tipos de investigação promovidos pela Psicologia Discursiva estão: releituras de conceitos comuns da psicologia como práticas de discurso, estudos sobre o discurso psicológico do senso comum, e sobre o modo de manejo de questões psicológicas, tais como responsabilidade e motivação (EDWARDS, 2004).

Em uma perspectiva abrangente, a Psicologia Discursiva se estrutura, segundo alguns autores (HEPBURN, WIGGINS, 2007; WIGGINS, POTTER, 2008), a partir de três princípios básicos: 1) orientação para ação, pelo qual se compreende que toda fala realiza uma ação; 2) situação, entendida como: a) sequencialidade, ou seja, que o sentido do que se diz se dá pelo que o antecede e o segue; b) institucionalidade, que reconhece que o discurso é marcado por determinadas identidades e tarefas institucionais; c) retoricidade, pelo qual o sentido está inserido em um jogo de resistência em relação a versões alternativas; e 3) construção, pelo qual o discurso é tido como construído por uma variedade de recursos linguísticos e construtores de diferentes versões de mundo.

A Psicologia Discursiva enquanto método de análise do discurso está baseada em dez etapas, que mesmo não sendo consideradas sequenciais, apresentam-se de maneira didática para a compreensão das várias questões e tarefas comuns ao trabalho da análise. Essas etapas indicaram um conjunto de cuidados e decisões que foram tomadas pela pesquisadora no decorrer do desenvolvimento deste trabalho (ANTAKI et al., 2003).

Figura 02: Fluxograma- Etapas da Pesquisa

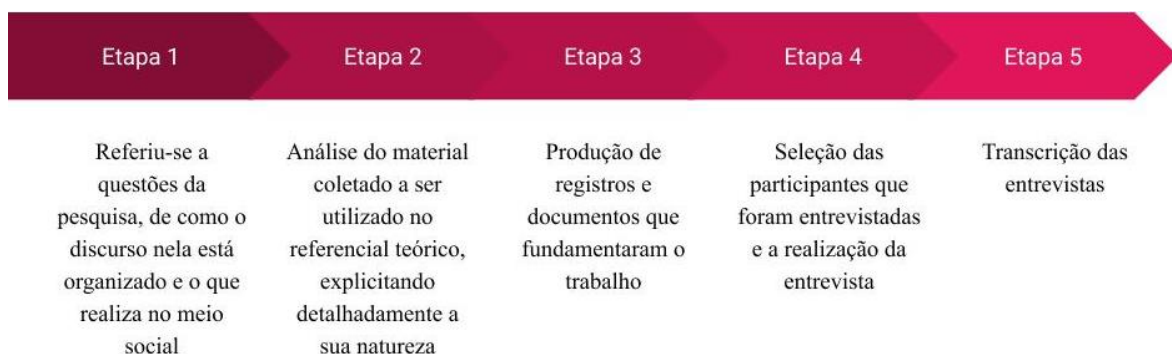
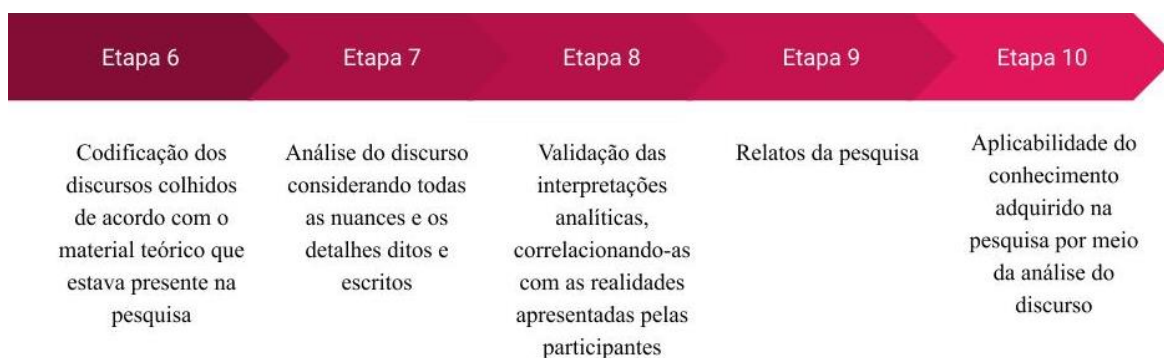


Figura 03: Fluxograma- Etapas da Pesquisa



A primeira etapa (1) referiu-se a questões da pesquisa, de como o discurso nela está organizado e o que realiza no meio social. Esta etapa foi realizada no início da pesquisa, quando nela foram definidos objetivos, hipóteses, justificativa, e toda a proposta. Na etapa dois (2) foi feita a análise do material coletado a ser utilizado no referencial teórico, explicitando detalhadamente a sua natureza para a construção do desenvolvimento do trabalho. A terceira etapa (3) caracterizou-se pela produção de registros e documentos que fundamentaram o trabalho, como visto no desenvolvimento o referencial teórico construído em cada capítulo. Na quarta etapa (4) foi feita a seleção das participantes, entrando em contato com as mulheres transexuais, depois de selecionadas foram entrevistadas, assim, seguido da escuta e da transcrição dessas entrevistas na quinta etapa (5).

Da sexta etapa (6) até a décima (10) foram aplicadas na produção dos resultados e das discussões da pesquisa. Realizou-se então, na sexta etapa (6), a codificação dos discursos colhidos de acordo com o material teórico que estava presente na pesquisa. A análise do discurso se deu na sétima etapa (7), envolvendo uma leitura intensiva e cuidadosa do material, considerando todas as nuances e os detalhes ditos e escritos. Esta análise envolveu duas fases: a) a busca do padrão nos dados, seja pela análise do que é compartilhado (a consistência), seja pelas diferenças identificadas (a variabilidade) nos textos ou falas; e b) a análise das funções e efeitos dos discursos. A oitava etapa (8) consistiu na validação das interpretações analíticas, correlacionando-as com as realidades apresentadas pelos participantes. Os relatos da pesquisa definiram a nona etapa (9), permitindo o leitor avaliar as interpretações. A décima etapa (10) consistiu na aplicabilidade do conhecimento adquirido na pesquisa por meio da análise do discurso.

6.2 Local e Período de Realização da Pesquisa

Devido à impossibilidade de fazer encontros presenciais por conta do isolamento social da pandemia do COVID-19, situação no qual se encontrou durante a realização da pesquisa, a coleta de dados foi realizada a partir de uma chamada de vídeo com a participante Michele, e por chamada de voz com a participante Sofia, diretamente da residência da pesquisadora e das participantes. Os nomes apresentados são fictícios e foram utilizados a fim de assegurar o sigilo das entrevistadas.

Para a assinatura dos TCLE's, foi possível fazer a leitura e coletar a assinatura da participante Michele ainda presencialmente, o encontro aconteceu no dia 12 de Março no SEPSI (Serviço Escola em Psicologia), ficando uma via com ela e outra com a pesquisadora. Após esse encontro, foi necessário marcar a entrevista via chamada de vídeo. Quanto a participante Sofia, a leitura do termo foi feita por ligação, sendo sua assinatura coletada após a liberação do isolamento. Assim, deixando uma via com ela e outra ficando com a pesquisadora para ambos os termos serem entregues na finalização do projeto.

Quanto às datas e horários, foram levados em consideração a rotina das participantes e os eventos do dia-a-dia, bem como a disponibilidade de cada uma, além da aprovação do projeto junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do CEULP, sob nº 25986119.9.0000.5516. O período de realização da pesquisa aconteceu nos meses de Março e Abril do ano de 2020.

6.3 População e Amostra

O universo desta pesquisa caracterizou por mulheres transexuais. A amostra abrangeu mulheres transexuais, com idade mínima de 18 anos, independente de terem realizado mudanças corporais, se moram sozinhas ou com a família, que aceitaram participar da pesquisa, bem como assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Quanto à quantidade de participantes, foram entrevistadas duas mulheres transexuais escolhidas por conveniência, ou seja, foram selecionadas aquelas que estavam prontamente acessíveis e disponíveis a participarem da pesquisa, sem nenhum critério estatístico.

O contato entre a pesquisadora e as participantes do estudo se deu através de conhecidos em comum que concordaram em ajudar compartilhando contatos de mulheres transexuais. Assim, foram enviadas mensagens-convites via WhatsApp. A pesquisadora entrou em contato com cinco mulheres, sendo que apenas duas aceitaram contribuir com a

pesquisa. Das três que não participaram duas não responderam a mensagem e uma não se interessou pelo projeto.

6.4 Critérios de Inclusão e Exclusão

Foram adotadas como critérios de inclusão as seguintes características: mulheres transexuais, com idade de 18 anos ou mais, que atualmente residem na cidade de Palmas - TO e a apresentação com o TCLE devidamente assinado, com exceção de uma situação no qual será colhida a assinatura quando possível. Como critérios de exclusão foi levado em conta à falta de disponibilidade das participantes, a indisponibilidade de dias e horários para a realização da pesquisa, a não concordância em ser gravada a entrevista e com os aspectos éticos apresentados.

6.5 Variáveis

Algumas variáveis puderam ter influência direta na produção de dados, informações e resultado dessa pesquisa. Uma delas poderia estar relacionada às experiências anteriores das participantes. Se havia experiências negativas quanto à abordagem da temática, poderia haver o risco de resistência por parte da entrevistada. Esta variável não foi percebida, uma vez que todas se sentiram confortáveis ao se tratar de todos os assuntos sugeridos durante as entrevistas.

O nível de interesse e comprometimento com a pesquisa também pôde influenciar, logo, se não estão empenhadas com o desenvolvimento da pesquisa o resultado poderá ser comprometido. Ambas estavam dispostas a contribuir com a pesquisa, respondendo a tudo que foi solicitado, não se esquivando.

Características pessoais também foram levadas em conta como: raça, orientação sexual, classe socioeconômica, religião, idade. Bem como características individuais se eram pessoas introvertidas ou extrovertidas, por exemplo, isso pôde definir como a pesquisadora maneja todo o processo das entrevistas.

6.6 Instrumentos de Produção de Dados, Estratégias de Aplicação, Registro, Análise e Apresentação dos Dados

A produção de dados se deu mediante a uma entrevista semiestruturada, conhecida como aberta ou não diretiva, tendo como característica a utilização de um roteiro previamente elaborado. Esta foi composta por 14 perguntas e construída de acordo com os temas nos quais se desejou serem abordados durante as entrevistas. Essa forma de

entrevista permite que as informações possam emergir de uma forma mais livre. Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista.

Para o registro dos discursos durante as entrevista a pesquisadora se utilizou da gravação da tela do celular e gravação de voz, no qual captou o áudio das chamadas para coletar o discurso das participantes. Depois de gravados, os discursos foram transcritos e analisados com o objetivo de promover resultados, interligando-os com o material teórico presente no desenvolvimento da pesquisa.

A entrevista com a primeira participante, Michele, se deu no dia 11 de Abril, com duração de 39min1s. E a segunda entrevista com Sofia foi realizada no dia 22 de Abril, com duração de 27min35s.

As gravações só foram utilizadas mediante autorização das duas participantes num acordo preestabelecido antes do início das entrevistas. A análise dos dados foi feita por meio do método Análise de Discurso (AD), caracterizado como uma técnica de pesquisa qualitativa que propicia uma análise da fala e o sentido que esta carrega (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

6.7 Aspectos Éticos

Por ser uma pesquisa que propôs trabalhar com seres humanos, apresentou implicações éticas que necessitaram de serem discutidas e adequadas para sua execução. Segundo a Resolução nº 196/96, vigente em todo o país, pesquisa envolvendo seres humanos é aquela que “individual ou coletivamente, envolva o ser humano, de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou parte dele, incluindo o manejo de informações ou materiais”. Desta forma, os procedimentos incluem, entre outros, os de natureza instrumental, ambiental, nutricional, educacional, sociológica, econômica, física, psíquica ou biológica, sejam eles farmacológicos, clínicos ou cirúrgicos e de finalidade preventiva, diagnóstica ou terapêutica (BRASIL, 1996).

A pesquisa previu procedimentos que asseguraram a confidencialidade e a privacidade dos indivíduos pesquisados, garantindo a proteção da sua imagem, a sua não estigmatização e a não utilização das informações em prejuízo dos indivíduos, inclusive em termos de autoestima, de caráter econômico e/ou financeiro. Como também respeitou os valores culturais, sociais, morais, étnicos, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes das participantes (VIEIRA, 2003).

O anonimato das participantes e o sigilo com as informações e dados pessoais divulgados nos encontros realizados foram devidamente respeitados a fim de se evitar possíveis danos à instituição, as participantes, aos familiares e/ou amigos das envolvidas. Assim, foram utilizados nomes fictícios com o objetivo de assegurar a privacidade de todos os dados pessoais nos quais permitem a identificação. Quanto ao uso de áudio para análise de dados ou divulgação de resultados, este somente foi feito com a autorização da participante.

Esta pesquisa também se resguardou de acordo com os princípios e diretrizes da ciência psicológica, devidamente regulamentada pelo Código de Ética do psicólogo. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA), e após aprovado, para que haja a participação da amostra, as participantes tiveram acesso detalhado e assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, com exceção de uma participante que devido a situação, necessitou-se coletar a assinatura após a realização da entrevista, apesar de estar ciente previamente do conteúdo do TCLE.

O Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) consistiu no consentimento livre por não haver nenhuma limitação que possa influenciar a vontade e a decisão do voluntário em participar da pesquisa e esclarecido, por que considera que o compromisso com o voluntário não é apenas o de informar, mas também o de esclarecer os riscos e os benefícios de sua participação. Foi apresentado em linguagem acessível e que incluía a justificativa, os objetivos e os procedimentos que foram utilizados na pesquisa, assim como os desconfortos, os riscos possíveis e os benefícios esperados (CASTILHO; KALIL, 2005).

6.8 Riscos

Como possíveis riscos foi considerado o sofrimento psíquico das participantes durante as entrevistas, a exposição de dados pessoais, informações e situações da vida privada de cada uma. Caso algum desses riscos aconteçam, as participantes foram informadas sobre os serviços de psicologia disponíveis na cidade de Palmas - TO, tanto no âmbito privado, como no âmbito público, como exemplo, o Serviço Escola de Psicologia - SEPSI, onde lá elas terão a assistência necessária para lidar com tais eventuais riscos. Além disso, também foram asseguradas por parte da pesquisadora responsável, o atendimento psicológico em unidade particular caso alguma delas obtenham sofrimento psíquico ou algum dano decorrente da pesquisa.

As entrevistadas foram orientadas para o caso de se sentirem desconfortáveis ao ponto de não conseguirem dar continuidade, terem a liberdade de interromper a entrevista a qualquer momento. Como também em relação ao que estava sendo discutido, de externar que não se sente em condições de falar sobre o referido assunto ou podendo permanecer em silêncio.

6.9 Benefícios

Como benefícios, pôde se destacar a possibilidade de discussão e reflexão acerca dos temas discutidos nas entrevistas. Em médio prazo, as participantes foram beneficiadas indiretamente com a produção de conhecimento científico, possibilitada pela produção de dados realizada por meio da discussão dos temas propostos durante os encontros, com a abertura para novas pesquisas a fim de contribuir para a inserção das mulheres transexuais na sociedade, como no mercado de trabalho, e em outros campos. As participantes ainda, se beneficiaram diretamente com um espaço de escuta qualificada, onde ali elas puderam ter acolhimento para as suas demandas.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para melhor organização deste trabalho, os discursos coletados, resultados e as análises possibilitadas por meio das entrevistas, foram dispostos em categorias/temas conforme abordados com as interlocutoras a partir dos dados das entrevistas. Foram utilizados trechos de falas das interlocutoras que tiveram como critério de escolha a relação direta com as temáticas abordadas nas entrevistas. Cabe salientar a troca de “participantes” por “interlocutoras” daqui em diante como sugestão de uma das examinadoras, pois as entrevistas se tornaram diálogos que permitiram acontecer a troca de informações e uma interação mútua entre a pesquisadora e as entrevistadas.

A apresentação dos temas a seguir se deu pelo critério de maior tempo de fala durante as entrevistas e de maior ênfase, com base nos capítulos abordados no desenvolvimento do trabalho. Também foram dispostos numa sequência hierárquica de acordo com a construção das perguntas do questionário semiestruturado. Aqui, caracteriza a sexta etapa (6) da metodologia, quando há a codificação dos discursos de acordo com o material teórico. Iniciou-se falando sobre o processo de reconhecimento e aceitação, seguido pelas relações familiares e sociais. Após, evidenciou-se sobre o preconceito que vivenciam, fechando com o mercado de trabalho e suas relações profissionais.

É visto aqui também, a sétima, oitava, nona e décima etapa descritas na metodologia segundo a análise do discurso utilizada. A seguir será disposta toda a análise das narrativas das interlocutoras, considerando todos os detalhes ditos durante as entrevistas, validando todas as interpretações analíticas e correlacionando-as com as realidades apresentadas. Assim, por meio da análise do discurso, será aplicado todo o conhecimento adquirido na pesquisa.

Não foi identificada resistência ou incômodo por parte das interlocutoras em falar sobre os assuntos sugeridos durante a entrevista. Também foi notada uma facilidade em abordar novos temas e iniciar novas discussões, o que demonstrou o interesse das participantes nas temáticas desenvolvidas e em contribuir com a pesquisa.

Todas as falas das interlocutoras estão destacadas no recuo e em itálico, a fim de preservar e evidenciar o conteúdo. Para também preservar a identidade das mulheres entrevistadas, elas serão aqui identificadas através de nomes fictícios escolhidos por elas mesmas, sendo eles Michele e Sofia. Todas são mulheres transgêneros, obedecendo ao critério de inclusão da pesquisa.

A seguir, estarão apresentadas em um quadro didático as categorias utilizadas para organizar os resultados de acordo com os temas abordados durante as entrevistas.

Tabela 01: Categorias dos resultados

Categoria	Questões relacionadas
Reconhecimento e Aceitação	1, 2 e 3
Relações familiares e sociais	4, 5 e 9
Preconceito	6, 7 e 8
Mercado de trabalho e suas relações profissionais	10 e 11
Considerações finais	12, 13 e 14

7.1 Reconhecimento e Aceitação

O início da entrevista foi marcado por abordar o assunto sobre reconhecimento e aceitação. As participantes tiveram a oportunidade de falar sobre o processo de, primeiramente, identificação com a sua atual identidade de gênero, aceitação própria e da família, e sobre os principais pontos desse processo de transição, dentre eles as maiores dificuldades que passaram.

Esta categoria foi subsidiada pelas perguntas 1, 2 e 3, as quais abordam sobre se reconhecer como uma mulher transexual, quando e como se deu esse processo. Também, sobre quais as maiores dificuldades enfrentadas nos processos de aceitação e transição.

A primeira pergunta feita às participantes abriu espaço para que elas pudessem definir o que é ser uma mulher transexual de acordo com suas vivências e experiências enquanto uma pessoa transgênero. A seguir, as falas das duas entrevistadas mostram a realidade que vivem numa sociedade onde ser transexual muitas vezes é sinônimo de ser incapaz.

“Ser mulher transexual é um grande desafio, onde você precisa ter a aceitação da sociedade e provar que você não é aquilo que te julgam ser” (Michele, 31).

Sofia, em sua resposta, também evidencia o preconceito que sofre nos diversos aspectos da vida.

“Ser mulher transexual numa sociedade igual a que a gente vive é muito difícil, pelo fato de que temos muitas barreiras, tanto com o preconceito, no mercado de trabalho, na educação, acham que somos inferiores pelo fato de sermos transexuais (...) principalmente na vida cotidiana e com a família” (Sofia, 30).

Nota-se que, durante as falas, a definição de ser incapaz é uma constante ao se discutir sobre como a sociedade as julgam. Apesar de não apresentar no material teórico, foi notado que o pré-conceito sobre a sexualidade se sobrepõe as qualidades, capacidades, e demais aptidões. Sendo assim, as participantes discorrem que as pessoas que não estão de acordo com o padrão que a sociedade impõe, principalmente as mulheres transexuais, impactadas por essa sociedade, precisam a todo o momento provar que sua sexualidade não as fazem menos capazes.

Conforme já citado, Jesus (2012) diz que a identidade de gênero é a experiência subjetiva de uma pessoa a respeito de si mesma e das suas relações, e que independe do sexo biológico, mas sim de como ela se percebe.

O processo de identificação e reconhecimento como uma mulher transexual não se caracteriza por um processo rápido. Os sinais, trejeitos, modos, pensamentos e comportamentos, muitas vezes vêm desde a infância. Na fala a seguir, de uma das participantes, é possível observar que essa identificação aconteceu ainda quando criança.

“Minha mãe sempre dizia que fui uma pessoa além do meu tempo, então desde criancinha eu já sabia que estava no corpo errado e que não era um homem. Não gostava das mesmas coisas que os meus irmãos gostavam” (Michele, 31).

Segundo Beauvoir (2008), é através do corpo, como instrumento de interação e conhecimento do meio social, que se irradia a subjetividade. Portanto, compreende-se através dessa perspectiva, que a identidade de gênero será constituída através das relações da criança com o seu meio sociocultural e que a formação do feminino ou do masculino não estará alinhada com o sexo biológico do nascimento.

De acordo com Butler (2016), existe uma normativa que opera de forma disciplinar sobre os corpos e desejos das pessoas, exigindo-se uma relação dentro dos padrões esperados onde qualquer pessoa deve existir e agir de forma coerente entre sexo biológico, expressões de gênero e prática sexual. Em outras palavras, espera-se que todas as pessoas expressem seu gênero (masculino ou feminino) de acordo com o sexo biológico e que qualquer uma possua desejos apenas heterossexuais.

Esta normativa é possível ser visualizada na fala a seguir de Michele, onde ela coloca:

“Na minha infância convivi muito com meninos, meus irmãos, primos, não tinha mulher (...) aos poucos fui vendo que eu era a única que não se encaixava, gostava de outras brincadeiras (...)” (Michele, 31).

De acordo com Sampaio e Coelho (2012), em alguns casos, busca-se, por algum tempo, viver de acordo com o esperado no ambiente social e familiar, na tentativa de se proteger de situações insultórias e de discriminação, mesmo à custa do sofrimento pelo sentimento de desconforto com o seu sexo biológico.

Na entrevista com Sofia, a participante narra que a feminilidade sempre foi algo muito forte nela, mas que por um tempo tentou seguir os padrões impostos pela família e pela sociedade.

“Aos 23 anos me reconheci de fato como uma mulher. Não me identificava como pessoa, como homem em si, sempre tive uma feminilidade muito afluada, sempre quis usar roupas femininas, sempre queria brincar com meninas (...) foi aí quando decidi ‘sair do armário’ e me assumir de verdade” (Sofia, 30).

Sampaio e Coelho (2012) ressaltam que na fase em que o desacordo com o corpo, ou mais especificamente as áreas do corpo que revelam o sexo biológico, passa a produzir sofrimento devido à sua incongruência com o sexo psicológico e o gênero a que se sente pertencer, acentua-se o desejo de um corpo que corresponda à própria identidade.

As pessoas transexuais vivenciam ao longo de sua vida diversas dificuldades, desde o seu reconhecimento até a mudança total do seu estilo de vida. Durante as entrevistas, Michele e Sofia puderam compartilhar quais foram as suas maiores dificuldades nos seus processos de transição de gênero, até a conquista da aceitação da sociedade.

Para Michele, a sua maior dificuldade foi no começo de tudo.

“O momento mais difícil de todo o processo foi quando eu decidi de fato assumir a minha identidade e começar a transição de homem para mulher” (Michele, 31).

Sofia acrescenta sobre mudar o estilo de vida:

“(...) deixar o cabelo crescer, vestir roupas femininas de dia e de noite, tudo isso... mudar o meu estilo de vida por completo foi bastante difícil” (Sofia, 30).

Durante as falas sobre este tema, foi possível observar que qualquer mudança carrega consigo diversas dificuldades e sofrimentos. Ainda na infância, e assim pelas demais fases, não se encaixar nos padrões impostos pela sociedade de acordo com o gênero do nascimento, ter que enfrentar a família e assumir sua verdadeira identidade, são os maiores obstáculos no processo de aceitação, reconhecimento e transição de quem não se identifica com o gênero de nascimento.

7.2 Relações familiares e sociais

Embora a palavra família seja sinônimo de segurança e conforto para muitas pessoas, grande parte da população trans enfrenta violência e humilhação justamente onde deveria encontrar acolhimento. Muitas das histórias narradas por transexuais brasileiros se iniciam de forma parecida: com a incompreensão e a rejeição familiar, que os lançam em um trajeto de desamparo, exclusão e incerteza.

Ao abordar sobre a relação com suas famílias, amparadas pelas perguntas 4 e 5, Michele e Sofia puderam discorrer sobre como foi a aceitação dentro de casa e como é hoje a relação com seus pais e demais familiares. Abaixo, Sofia relata a dificuldade que foi da sua família aceitar sua condição no primeiro momento.

“A família nunca aceita totalmente, sempre há um preconceito. A minha demorou a aceitar, mas me deram um espaço de auto-ajuda. Hoje eles me respeitam e tenho uma relação muito boa com todos”
(Sofia, 30).

A família, ao invés de acolher, tornou-se o primeiro grupo de sociabilidade produtor de exclusão, onde se inicia o rompimento de vínculos e o processo de estigmatização, deixando os transexuais vulneráveis, marcados negativamente e depreciados ao ponto de serem desprovidos do direito a ter direitos (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015).

A exclusão familiar acarreta, na maioria das vezes, a vulnerabilização e pode trazer consequências para outros aspectos do ser social, quer na dimensão educacional, territorial, mercado de trabalho, entre outras dimensões da vida. Para Kulick (2008), os transexuais, sem muita opção de moradia e meios de se sustentar, acabam tendo como única opção viver nas ruas, e encontrar na prostituição um meio de sobrevivência, o que as colocam em situação de risco.

Durante as entrevistas foi visto que ambas as participantes puderam ter dentro do núcleo familiar o respeito e a aceitação. Vindo de uma família no qual segue dogmas religiosos e não sendo o que se esperava pelo pai, Michele descreve que sua família a aceitou, destacando também o espaço de diálogo que sempre obteve dentro de casa.

“Meu pai uma vez me falou que o fato de eu ser trans não era algo que ele tinha sonhado para mim, mas que me respeitava (...) cresci em uma família cristã, evangélica, mas sempre existiu diálogo em casa, e eles sempre souberam que eu não era um homem”
(Michele, 31).

Conforme os autores Botton, Cúnico, Barcionski e Strey (2015), é na família que muitos dos comportamentos estereotipados em relação ao gênero são reproduzidos. Ao

mesmo tempo, a contemporaneidade íntima e instiga um rompimento com modelos arcaicos e rígidos ao gênero e a sexualidade a fim de ultrapassar barreiras de hierarquização, exclusão, violência sexual e de gênero.

Michele conclui sua fala apontando como é a sua relação com os seus familiares hoje, no qual mantém uma relação de respeito com todos.

“Não há muita resistência na minha família, todos me apoiam e entendem a minha condição” (Michele, 31).

De acordo com Hall (2012), um dos aspectos da família contemporânea é justamente uma maior flexibilidade aos modelos até então hierárquicos. Há uma pluralidade nas relações que a torna muitas vezes original, sem referência, levando a uma crise de identidade.

Ao serem questionadas sobre como os amigos mais próximos reagiram quanto à transição e se sentiram apoiadas, ambas responderam que tiveram o respeito e todo o apoio, uma vez que eles entenderam que era aquilo que elas realmente queriam. Na fala abaixo, Sofia ainda destaca que o que caracteriza uma mulher trans não é apenas o fato de fazer a própria transição através de procedimentos estéticos.

“Meus amigos me apoiaram e respeitaram porque viram que era algo que eu buscava, necessitava. Porque ser mulher trans não é só fazer a transição, ser mulher trans é ser mulher por completo” (Sofia, 30).

Identificar-se como uma pessoa trans não passa necessariamente por um processo transexualizador, e sim pela auto-definição. Segundo Jesus (2012), ao contrário do que alguns pensam, o que determina a condição transexual é como as pessoas se identificam, e não um procedimento cirúrgico. Assim, uma mulher trans pode não ter feito a cirurgia de redesignação sexual, mas se considerar trans dada sua percepção como pertencente ao gênero oposto ao que lhe foi designado no nascimento. A cirurgia então é apenas uma opção para além de outras, tais como o tratamento hormonal, treino de voz, cirurgias plásticas, mastectomia ou implantação de silicone.

Michele relata que acabou servindo de exemplo para muitas pessoas próximas no qual estavam passando pela mesma situação que ela, a de não se reconhecer com a identidade de gênero no qual lhe foi atribuída ao nascimento, se assumindo como uma pessoa transexual.

“Acredito que servi de inspiração pra muitas pessoas próximas, fui definitivamente aquela que ‘subiu na mesa no natal e chutou o peru’ (risos), assumi ser quem verdadeiramente sou” (Michele, 31).

Seguido pela nona pergunta da entrevista, abriu-se espaço para falar sobre a orientação sexual de cada uma. Segundo Pinto e Bruns (2009) ainda que, da mesma forma que qualquer outra pessoa, o transexual pode ter orientação heterossexual, homossexual ou bissexual, fato que não altera o sentimento de não pertencimento ao gênero que seu sexo o posiciona.

A discordância com o gênero biológico faz com que muitas pessoas antes de transicionarem vivenciem a sua transexualidade como um aspecto apenas de orientação sexual. Logo, na maioria das vezes, a orientação no qual se definem antes mesmo da transição se altera, uma vez que seu gênero muda, permanecendo assim, o mesmo gênero no qual se destina a sua relação afetiva.

A transexualidade não está associada ou é dependente da orientação sexual. Mulheres e homens transexuais exibem uma gama de orientações sexuais da mesma forma que as pessoas cis, usando sempre termos referentes à sua orientação sexual que estejam relacionados com o gênero final. Para Michele e Sofia, o gênero no qual tinham relações afetivas não mudou. Quando ainda homens, se relacionavam com outros homens, se definindo como homossexuais. Após a transição, continuaram se relacionando com homens, alterando assim a orientação sexual para heterossexuais.

“Antes me relacionava com meninos, era gay. Então sim, minha orientação sexual agora é hetero porque continuo me relacionando com homens” (Michele, 31).

“Passar a ser uma mulher trans não afetou a minha orientação, pelo contrário. Sempre me relacionei com homens, então era homossexual no caso (...)” (Sofia, 30).

Portanto, segundo Jesus (2012), mulheres transexuais que se atraem por homens são heterossexuais, tal como seus parceiros, homens transexuais que se atraem por mulheres também; já mulheres transexuais que se atraem por outras mulheres são homossexuais, e vice versa.

7.3 Preconceito

Para Jesus (2012), a população transgênero é historicamente estigmatizada e marginalizada por se desviar dos padrões impostos como normais acerca da identidade de

gênero. A ocorrência de violências contra essa população é constante. De modo velado, a violência já começa quando o indivíduo é excluído do convívio social saudável, dificultando seu acesso aos serviços e sequer reconhecendo sua identidade.

Ao fazer as perguntas que remetem ao tema sobre preconceito (perguntas 6, 7 e 8), Michele discorre sobre o preconceito velado que sente e que existe na sociedade. Ela externa a falta de sensibilidade de alguns ao se depararem com alguém no qual foge dos padrões impostos pela sociedade, no qual impactam as diferentes construções e visões de vida que cada um carrega consigo.

“Sinto que o preconceito ainda é algo muito velado nas pessoas (...) quando chegamos a determinados lugares nunca sabemos o que estão pensando, até porque lidamos com todos os tipos de pessoas” (Michele, 31).

Na sua resposta, a interlocutora ainda discorre sobre as diferentes reações de cada pessoa ao se deparar com alguém transexual. Na maioria das vezes, o preconceito vem disfarçado da não reação das pessoas, a paralização ao ficar de frente a alguém no qual foge dos padrões é comum em diversas situações.

Ao perguntar se sente preconceito no dia-a-dia, a entrevistada Sofia relata sobre a dificuldade que sofreu no início da sua transição e como costuma agir diante de situações preconceituosas, na intenção de tentar não se afetar.

“No início da transição senti muito preconceito, foi difícil. Mas hoje não sinto nenhum preconceito, de ninguém, todos me respeitam. Mas não é fácil ser vítima de preconceito, às vezes ajo naturalmente, às vezes deixo passar porque não é fácil todos os dias se ferir, se machucar” (Sofia, 30).

Na fala abaixo de Michele, ela acrescenta que hoje se vê uma pessoa muito mais forte do que já foi no início da sua transição. Ainda sofre preconceitos, que segundo ela são inevitáveis, mas que não se deixa abalar por já ter vivenciado experiências ruins no passado.

“Já sofri muito, era uma pessoa muito emotiva, mas hoje não me deixo abalar. Sei que irão falar mesmo, sempre tem aquela pessoa que te olha torto” (Michele, 31).

O preconceito contra as pessoas trans se caracteriza pelo termo de Transfobia, sendo uma forma de aversão e que se manifesta em diferentes ações de preconceitos, sejam explícitos ou velados. Para Abílio (2016), é o tratamento desigual ou injusto dado a uma pessoa trans, com base em preconceitos e exclusão. Esse preconceito deriva da não

aceitação da manifestação individual dessas pessoas. Ao assumir a sua verdadeira identidade de gênero, a pessoa trans passa a ter que enfrentar o preconceito social e familiar.

Dentre as maiores dificuldades que sofrem na vida por ser uma pessoa transexual, Sofia destaca que a falta de respeito ainda se faz a maior de todas. Ela destaca que merecem ser respeitadas como mulheres.

“A maior dificuldade que sinto é de mostrar pras pessoas que a gente é mulher e que merecemos ser respeitadas como um todo (...) é a aceitação das pessoas, não sinto um respeito das pessoas passarem por uma mulher trans e não criticar” (Sofia, 30).

No que se refere às mulheres transexuais que se encontram em situações de vulnerabilidade, como as que moram na rua ou que trabalham na noite vendendo seus corpos, o preconceito faz com que elas criem receio até na iniciativa de procurar ajuda. Ao questionar Sofia sobre a existência de apoio para a comunidade trans, principalmente a nível psicológico, ela relata que o preconceito afasta aqueles que precisam de ajuda.

Percebe-se então, que o preconceito também serve de barreira para o acesso da comunidade LGBTQ+, em especial aqui os transexuais, aos serviços de apoio.

“A mulher que está em situação de vulnerabilidade, as garotas de programa, não têm apoio psicológico, elas ficam “largadas”, “jogadas”... dessa forma elas sentem receio de procurar apoio por medo do preconceito, de como irão reagir com elas” (Sofia, 30).

Vê-se então que a população LGBTQ+, principalmente os transgêneros, são vítimas de inúmeros atos de preconceito. A transexualidade confronta tabus, preconceitos, exclusão social, direito à vida e a uma vida digna. Assim, as pessoas transexuais continuam sendo vítimas das mais diversas formas de violência, vendo assim o preconceito institucionalizado na sociedade. Ao assumir a realidade fática de sua vida, o transexual deve ter muita coragem para enfrentar toda uma gama de preconceito.

7.4 Mercado de trabalho e suas relações profissionais

O assunto sobre o mercado de trabalho, profissão e suas relações, foi sustentado pelas perguntas 10 e 11. Ambas as participantes mencionaram que possuíam boas oportunidades e que sua identidade de gênero não afetou o seu lado profissional. Na fala abaixo, Michele que trabalha em um órgão público, menciona que seus colegas acompanharam a sua transição e a respeitaram desde o começo.

“No meu trabalho sou chefe de setor, lá as pessoas acompanharam o processo desde o início, então me respeitam muito e sabem da minha capacidade, não precisei provar que a minha identidade sexual iria influenciar de alguma forma o meu lado profissional” (Michele, 31).

Sofia, técnica de enfermagem, chega a falar que não afetou, pelo contrário, ajudou nas relações dentro do seu ambiente profissional, uma vez que sua profissão pode ser considerada como dominada por pessoas do gênero feminino.

“A minha identidade sexual não chegou a afetar a minha profissão, pelo contrário, fui recebida pelos meus colegas muito bem, e até ajudou em alguns aspectos” (Sofia, 30).

Mas, pontuam que nem sempre é assim. Na maioria das vezes não há oportunidade para esta população, o que acarreta a levarem para uma situação de vulnerabilidade. A necessidade de materialidade da vida empurra algumas mulheres trans a fazerem da prostituição um meio de obtenção de renda, por vezes em tenra idade. A rua pode ser também o lugar da acolhida, aceitação e transformação do corpo, conforme revelam Silva, Bezerra e Queiroz (2015, p. 370), ao tratar das mulheres transexuais e das travestis,

[a rua] é apresentada, [...] como um espaço receptivo, que apesar de oferecer inúmeros riscos, possibilita a construção de uma nova rede de apoio social baseada na experiência comum de vulnerabilidade. A rua apresenta-se como espaço de sociabilidade por onde elas circulam durante o dia e também espaço de trabalho à noite. Pois é através da prostituição noturna que elas encontram aqueles que parece o único meio de ter uma renda para suprirem as suas necessidades e sobreviverem.

Michele confirma os autores ao dispor da seguinte fala:

“As oportunidades no mercado de trabalho ainda são muito poucas pra nós, por isso muitas acabam seguindo o caminho da prostituição porque acaba sendo a única opção para se sustentar (...) as que possuem um emprego hoje são aquelas que estudaram, ralaram, correram atrás mesmo” (Michele, 31).

A área laboral constitui outra dimensão da transfobia, “decorrente da aproximação atribuída socialmente a determinados grupos profissionais”, resultado de uma construção social de que pessoas transgêneros, em especial a travesti, são vinculados à prostituição, dificultando assim o acesso ao mercado de trabalho, mesmo que a pessoa tenha formação profissional pra tal (JESUS, 2013, p. 361).

A vivência no mercado informal de trabalho e na prostituição agrava a vulnerabilidade pessoal e social das pessoas travestis e transexuais, uma vez que as mantém

a margem da sociedade, expostas a toda sorte de tribulações, em contraposição a sua autonomia e seus direitos. Em casos extremos, essas inserções trabalhistas podem levar à violência fatal. Abaixo, Sofia cita duas mulheres as quais conhece e que acabaram precisando garantir seu sustento através da prostituição.

“As meninas que acabam não tendo oportunidade resta como única opção a prostituição. Conheço duas mulheres que não tiveram oportunidade igual a mim e optaram por vender o corpo” (Sofia, 30).

Em entrevista, Michele discorre ainda sobre a rotina das mulheres que precisam trabalhar “na noite” em busca de sustento. Aquelas que trabalham neste ramo acabam não dispondo de tempo para o autocuidado, colocando assim sua vida em vulnerabilidade, tanto em aspectos estéticos, físicos, quanto psicológicos.

“A rotina das meninas que trabalham a noite é dormir durante o dia todo e trabalhar a noite, dormir de dia e ir trabalhar a noite, e acaba não sobrando tempo para se cuidar” (Michele, 31).

Falando ainda sobre as mulheres que vivem nessa situação, Sofia comenta sobre como são tratadas na maioria das vezes, não recebendo nenhum tipo de atenção ou acolhimento. Os corpos se fazem como materiais de trabalho enquanto o contato e a escuta se perdem quando o assunto é a satisfação carnal e questões financeiras. Assim, a mulher trans é vista apenas como um objeto sexual, não sendo valorizada.

“É muito difícil a mulher trans ser ouvida, ela só é ouvida quando há um querer. O cliente que vai buscar uma mulher trans ou uma mulher cis em uma rotatória, no âmbito do programa, não quer saber se elas têm sentimento, se elas têm uma fala de algo que está passando, simplesmente só usam e pronto” (Sofia, 30).

Ao final, faz um apelo quanto ao tratamento que recebem, sendo em condições dentro do mercado de trabalho ou em outras nas quais estão inseridas.

“(...) então é olhar mais pra essas pessoas com carinho, com mais afetividade, e buscar um movimento que elas também possam se prestar” (Sofia, 30).

Segundo Kulick (2008), a não aceitação e acolhimento da família levam os transexuais, na maioria das vezes, a saírem de casa e a se sujeitarem a uma vida de vulnerabilidades. Sem muita opção de moradia e meios de garantir o seu sustento, podem acabar indo viver no contexto da rua e durante a noite encontrar na prostituição um meio de sobrevivência, o que as coloca em extrema situação de risco.

Silva, Bezerra e Queiroz (2015) afirmam que as pessoas transexuais sofrem em sua trajetória de vida diversos tipos de discriminações na área profissional. Sofia destaca em sua fala o preconceito que sofrem por as julgarem pela sexualidade. As capacidades no qual possuem são deixadas de lado tomando como destaque apenas a identidade sexual.

“Não há oportunidade no mercado de trabalho para as mulheres trans, são exceções. Muitos só olham para a sexualidade, não aceitam por ser mulher trans, e acabam não valorizando as nossas capacidades” (Sofia, 30).

Michele, na entrevista, também ressaltou a dificuldade que as pessoas transexuais vivenciam dentro do mercado de trabalho ao serem estigmatizadas pela sua identidade de gênero.

“Ainda há muita estigmatização da figura do trans, então te julgam muito, acham que a mulher trans se resume em ‘prostituição, drogas, e rock’n’roll’, e não é assim. Temos nossas capacidades, e por muitas vezes não nos dão a oportunidade de mostrar” (Michele, 31).

Ela ainda complementa ressaltando o drama de sempre terem que evidenciar suas capacidades e mostrar que não são aquilo que as pessoas julgam ser. Ao final, exemplifica uma situação no qual precisou de tempo para provar que suas qualidades, principalmente a de ser uma pessoa responsável, não se baseavam apenas na identidade sexual.

“Sempre temos que estar colocando a prova a nossa capacidade, responsabilidade, provar que não somos aquilo que sempre falam (...) sou síndica do meu condomínio. No início foi difícil, pois precisei provar que eu não era aquilo que pensavam que não era de família e que não pensava só em ‘farrá’... então aos poucos elas foram vendo através do meu comportamento e pegando confiança em mim, hoje sou síndica de lá e a maioria me respeita” (Michele, 31).

Posto todo esse discurso sobre o tema, compreende-se que a mulher transexual passa por muitas dificuldades, e o mercado de trabalho surge como um grande desafio para aquelas que precisam trabalhar e se sustentar. Aquelas que estudaram e lutaram por um espaço de reconhecimento, hoje conseguem ter uma forma de sobrevivência digna, não precisando usar dos seus corpos sexualmente para se sustentar. Infelizmente a realidade não é a mesma para todas, e essa mesma realidade as põe em determinadas situações de vulnerabilidade social. Como consequência, vê-se o preconceito e a exclusão como fator impactante nas vidas de mulheres trans.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se perceberem de um gênero diferente do que lhe foi atribuído ao nascimento, as pessoas transexuais passam a enfrentar uma verdadeira luta para viverem sua identidade. Além do risco constante de serem vítimas de violência, elas não contam com uma legislação que as protejam, são excluídas do mercado de trabalho, têm enorme dificuldade para acessar serviços de saúde, são hostilizadas e violentadas, e sofrem frequentemente, com a incompreensão e a exclusão da sociedade e até familiar.

Na pesquisa aqui apresentada, foram abordados temas que permeiam a vida de mulheres transexuais na contemporaneidade. A aceitação, reconhecimento, relação com a família e o mercado de trabalho, e o preconceito, foram assuntos que se destacaram na pesquisa, nos quais foi vista a realidade vivida pela população LGBTQ+, aqui principalmente, pelas mulheres transexuais. Verificou-se também uma correlação entre os discursos coletados e o material teórico construído, uma vez que todos os temas fazem parte da realidade dessas mulheres. Cabe salientar que, após a defesa final, sugeriu-se a mudança do título da pesquisa para melhor definição do que foi construído.

O trabalho trata-se de uma pesquisa científica, mas trata-se também de um compromisso social assumido junto a essas mulheres, uma vez que em entrevista, foi relatado o descaso que sentem ao não verem ações práticas para com a melhoria da qualidade de vida de toda a comunidade trans. Em fala, ao perguntar sobre acreditar em pesquisas como forma de contribuir e melhorar as relações da comunidade trans com a sociedade (pergunta 12), uma das entrevistadas relata o sentimento da maioria das mulheres que já participaram de pesquisas como esta, mas não veem mudanças significativas.

“Não acredito muito na contribuição dessas pesquisas para nossa comunidade. Nem sempre essas pesquisas são usadas de forma devida, por exemplo, faz a pesquisa, mas é aquela pesquisa que vai embora, faz e some, como se fosse uma invasão (...) não se vê a aplicação dessas pesquisas contribuindo na questão na mulher trans, não há um prosseguimento, é como se parasse no tempo” (Sofia, 30).

É possível notar a externalização de um sentimento negativo quanto a esses tipos de intervenções, visto que, para elas, as experiências que tiveram não trouxeram muitos avanços. A importância de se ter um olhar mais humanizado para com essas pessoas parte-se desde a construção até a aplicação de um trabalho realizado. Então, mais do que escrever ações e políticas como benefício para a comunidade trans, é coloca-las em prática. Isso

pode ser visto nas falas das interlocutoras compiladas abaixo, que destacam a importância da ação.

“Mais do que fazer políticas públicas e buscar o público LGBT, é fazer dele um papel extremamente importante, de dar apoio, fazer uma política mais eficaz. Não ficar só mapeando e fazer uma política de relatos, não. É fazer com que elas saiam do papel e ajudem de fato os que precisam” (Michele e Sofia).

Vê-se então que a ausência de ações para com esta população se explica a dificuldade de acesso a ela, e mais ainda, da contribuição dos transexuais para a realização de pesquisas como esta. Nota-se um sentimento de invasão uma vez que ao se realizar pesquisas não há ações práticas, movimentos e recursos para a melhoria e a busca desta população.

Através dessas narrativas, surgiu a ideia da realização de um grupo psicoterapêutico com mulheres transexuais no SEPSI, no intuito de ouvi-las e proporcionar um espaço de acolhimento e troca. Proponho-me, enquanto psicóloga formada, a assumir este grupo juntamente com estagiários que se interessarem em ajudar. Sugiro também que possam ser realizadas rodas de conversas, debates e palestras sobre o tema no CEULP/ULBRA, sendo válida também a participação de outras áreas, tendo assim, multiprofissionais empenhados em contribuir com a comunidade.

O objetivo geral do trabalho foi alcançado, visto que se pôde compreender, através do material, como ocorre a inserção das mulheres transexuais nos diversos meios dentro da sociedade contemporânea, além de entender a relação da mulher trans no núcleo familiar. Os objetivos específicos também foram alcançados, posto que foi possível discorrer sobre as relações sociais nas diferentes áreas em que as mulheres trans estão inseridas através das falas e sentimentos externados pelas participantes durante a pesquisa.

Um aspecto relevante a ser considerado é que a pesquisa foi realizada com mulheres que não se encontram em vulnerabilidade social, o que refletiu nas falas e na realidade aqui exposta. Isso reforça a necessidade de mais pesquisas científicas que se insiram em espaços alinhados à realidade da maioria das mulheres trans, que sejam ouvidas e tenham suas experiências validadas não só como material científico, mas como possibilidade de embasamento de ações que visem o combate ao preconceito e outras formas de exclusão.

Pôde-se perceber com as experiências narradas durante as entrevistas e com as histórias de vida das participantes, uma amostra do que a cultura machista, misógina e transfóbica é capaz de impactar nas sociabilidades de sujeitos identificados pela “diferença”

de gênero e sexualidade. A população trans possui altos índices de suicídio, uso de drogas, automedicação, automutilação, depressão, estresse e ansiedade. A discriminação e o preconceito podem causar problemas de ordem psicológica nas pessoas trans com ou sem predisposição a desenvolvê-los.

Faz-se importante destacar, em uma das fala da participante Sofia, seu anseio quanto à pesquisa aqui realizada.

“(…) que essa pesquisa seja vista como uma forma de mais humanidade, de saber e entender sobre nós mulheres trans. Buscar um lugar que elas estejam para ajudar a se entenderem e se compreenderem” (Sofia, 30).

Espera-se, então, que mais pesquisas como esta possam ser desenvolvidas no meio acadêmico no intuito de problematizar essa discussão, apontando também as condições precárias e vulneráveis de vida em que as pessoas trans estão expostas. Assim, ampliando olhares quanto à compreensão e manejo de assuntos relacionados à população transgênero e criando recursos para atuação psicossocial na prevenção à violência e no aumento da capacidade de resiliência, por exemplo.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Adriana. Travestilidade e transexualidade: o reconhecimento jurídico das identidades sociais. 2016. São Paulo, 2016.

ANTAKI, C. et al. Discourse Analysis Means Doing Analysis: A Critique of Six Analytic Shortcomings. *Discourseanalysis online*, 2003. Disponível em: <<http://extra.shu.ac.uk/daol/articles/open/2002/002/antaki2002002-paper.html>>. Acesso em: 03 out. 2019.

ARAGUAIA, Mariana. "Orientação Sexual"; *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/sexualidade/orientacao-sexual.htm>>. Acesso em: ago. 2019.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. DSM-V Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais (5a ed.). Porto Alegre, RS: ArtMed, 2014.

ASSUNÇÃO, I. Heterossexismo, patriarcado e diversidade sexual. In: NOGUEIRA, L. et al. *Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

ATHAYDE, Amanda V. Luna de, Transexualismo Masculino, *Arq. Bras. Endocrinol. Metab* vol 45 n° 4 Agosto 2001, p.408.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo: a experiência vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1949/2009. p.9.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BORGES, A.; ESTRELA, N. M.; FÉLIX, D. M. O. *Políticas de Saúde para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

BOTTON, A., Cúnico, S. D., Barcinski, M., & Strey, M. N. (2015). Os papéis parentais nas famílias: Analisando aspectos transgeracionais e de gênero. *Pensando Famílias*, 19(2), 43-56

BOZON, M. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRAGA, L. L.; DELL'AGLIO, D.D. Suicídios na adolescência: fatores de risco, depressão e gênero. *Contextos Clínicos*, v. 6, n. 1, p. 2-14, 2013. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v6n1/v6n1a02.pdf>>. Acesso em 05 jul. 2020.

BRAGA, S. *Falas do Falo: O travesti e a Metáfora da Modernidade*. 2007. 235 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras - linguística, Departamento de Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: Acesso em: 29 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 196/96, de 10 de outubro de 1996. Estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 1996.

BUSIN, V. M. Morra para se libertar: estigmatização e violência contra travestis. 2015. 292f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BUTLER, Judith. Gender Trouble: feminism and the subversion of identity. New York/London: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. 11 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.

CAMINO, L. Prefácio. In: Fleury ARD, Torres ARR. Homossexualidade e Preconceito. Curitiba: Juruá; 2010.

CAMPOS, H. M. O sujeito adolescente e o cuidado de si: cenários, significados e sentidos da iniciação sexual e do cuidado com a saúde reprodutiva. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz, Centro de pesquisas René Rachou, Belo Horizonte, 2011.

CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1943/1990.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. Texto Contexto Enferm. 2006 Out-Dez; 15(4):679-84.

CASTILHO, E. A.; KALIL, J. Ética e pesquisa médica: princípios, diretrizes e regulamentações. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, Uberaba, v.38, n.4, p.344-47, jul./ago., 2005.

CECCARELLI, P. R.; Franco, S. Homossexualidade: verdades e mitos. Bagoas. 2010;5:119-29.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca básica de Serviço Social, v. 8).

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans. Brasília, 4 set. 2013. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Nota-t%C3%A9cnica-processo-Trans.pdf>> Acesso em: ago. 2019.

DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 118 p.

DIEHL, Alessandra; VIEIRA, Denise Leite. Sexualidade, do prazer ou sofrer. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2017.

Dossiê dos Assassinatos e da Violência contra Travestis e Transexuais brasileiras em 2019 / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

DSM IV. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 4ª ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2002.

EDWARDS, D. Psicologia Discursiva: teoria da ligação e método com um exemplo. In: INIGUES, L. (Org.) Manual de análise do discurso. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 181-205. FRY P, Macrae E. O que é homossexualidade. São Paulo: Abril Cultural/Brasilienses; 1985.

FÁVERO, Eunice. Serviço Social e temas sociojurídicos: debates e experiências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014

FOUCAULT, M. História da sexualidade: a vontade de saber. v. I. 16. ed. Rio de Janeiro: Gal; 2005.

GALLI, R. A.; Vieira, E. M.; Giami, A.; Santos, M. A. Corpos mutantes, mulheres intrigantes: transexualidade e cirurgia de redesignação sexual. *Psicol teor pesqui.* 2013.

GÊNERO e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009.

GIDDENS, A. A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOIS, D. A. de. Famílias, desenraizamento social e privações de direitos. In: FÁVERO, E. GOIS, D. A. de. (org). Serviço Social e Temas Sociojurídicos: Debates e Experiências. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris. 2014. [Coletânea Nova de Serviço Social].

GREEN, Richard. Mythological, historical and cross-cultural aspects of transsexualism. In: DENNY, Dallas. Current concepts in transgender identity. New York: Garland Publishing, 1998.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). Assassinato de Homossexuais (LGBT) no Brasil: relatório 2019. Salvador, 2019. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2015/01/relatc3b3rio-2014s.pdf>> Acesso em: ago. 2019.

_____. Assassinato de Homossexuais (LGBT) no Brasil: relatório 2016. Salvador, 2016. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>> Acesso em: ago. 2019.

HALL, S. (2002). A identidade cultural na pós-modernidade. (7ª ed.). Rio de Janeiro: DP&A.

HEPBURN, A.; WIGGINS, S. Discursive research in practice: new approaches to psychology and interaction. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

INIGUEZ, L. Manual de análise do discurso em ciências sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (Org.). Atlas da violência 2019. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

JESUS, J. G. Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos. 2 ed. Brasília: Autor, 2012.

JESUS, J. G. Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e Termos. Disponível em: <<http://www.sertao.ufg.br>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

KULICK, D. Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008.

LEITE JR., J. "Nossos corpos também mudam": Sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. Tese de doutorado em Ciências Sociais defendida na PUC-SP, 2009.

LEVINE, S. B. Real-life test experience: recommendations for revisions to the Standards of Care of the World Professional Association for Transgender Health. *International Journal of Transgenderism*. 2009;11(3):186-93.

LOPES, F. R.; ZIBETTI, M. L. T. População trans e docência: alguns apontamentos. *EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v. 5, n. 10, p. 3-16, jan/abr, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/index>>. e-ISSN: 2359-2087. Acesso em: ago. 2019.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. *Didática*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARSHALL CAVENDISH CORPORATION. Sex and society. 2010. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=YtsxeWE7VD0C&pg=PA593&lpg=PA593&dq=Pansexuality&source=bl&ots=YYqrMAWKKC&sig=ND_-SUQUyuN7Bw6e7w-v9pBYmRk&hl=en&sa=X&ei=ct9rUPCoKOTO2AWN7-oHIAw&redir_esc=y#v=onepage&q=Pansexuality&f=false> Acesso em: ago. 2019.

MEYER III W, Bockting WO, Cohen-Kettenis P, Coleman E, DiCeglie D, Devor H, et al. The Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association's Standards of Care for Gender Identity Disorders, 6th Version, 2001.

MICHELIS, Eduardo; MOTT, Luiz; PAULINHO. MORTES VIOLENTAS DE LGBTQ+ NO BRASIL RELATÓRIO 2018: GRUPO GAY DA BAHIA - GGB. Salvador, BA. 2018. Disponível em: <<https://tribunahoje.com/wp-content/uploads/2019/01/Popula%C3%A7%C3%A3o-LGBT-morta-no-Brasil-relat%C3%B3rio-GGB-2018.pdf?x69597>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MILITÃO, Flávia Teodoro. TRANSEXUALIDADE MASCULINA: A TRAJETÓRIA E AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS. Disponível em: <<https://domtotal.com/direito/uploads/pdf/d45d79b292d01a4a8f0b4ec4226553ca.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2019.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, S. VARGAS, E. A incorporação de novos temas e saberes nos estudos em saúde coletiva: o caso do uso da categoria gênero. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400002>. Acesso em: 26 ago. 2019.

MURTA, D. A psiquiatrização da transexualidade: análise dos efeitos do diagnóstico de Transtorno de Identidade de Gênero sobre as práticas de saúde. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

NIETO, J. A. Transexualidad, intersexualidad y dualidad de género. Barcelona: Bellaterra; 2008.

NOGUEIRA, C.. Análise(s) do discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em psicologia social. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 24, n. 2, p. 235-242, 2008.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 03 jun. 2020.

O QUE É INTERSEXO? 2015. Disponível em: <<https://orientando.org/o-que-e-intersexo/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

Organização Mundial de Saúde (OMS) (2018). CID 11. Recuperado de <https://icd.who.int/browse11/l-m/en#/htt%3%2f%2fid.who.int%2fid%2f11470088>.

PERES, W. S. Travestis Brasileiras: construindo Identidades cidadãs. In: Grossi MP, et al., organizadores. Movimentos sociais, educação e sexualidades. Rio de Janeiro: Garamond; 2005.

PICAZIO, C. Diferentes Desejos. São Paulo: GLS; 1998.

PINTO, M. J. C.; BRUNS, M. A. T. Avaliação psicológica em transexualidade no Hospital de Base de São José do Rio Preto. In: VIEIRA, Tereza R.; PAIVA, Luiz Ayrton S. de. Identidade sexual e transexualidade. São Paulo: Roca, 2009.

Psicologia, sexualidades e identidades de gênero: guia de referências técnicas e teóricas/ organizado por Amanda A. Alves; Bruna G. Azevedo; Diogo S. Silva; et al. – Salvador: CRP-03, 2018.

R, Madalena. O HOMEM BISCOITO EXPLICA AS DIFERENÇAS DE SEXO E GÊNERO. 2015. Revista Capazes. Disponível em: <<https://www.capazes.pt/cronicas/o-homem-biscoito-explica-as-diferencas-de-sexo-e-genero-por-madalena-r/>>. Acesso em: 07 set. 2019.

ROCHA, C. T. C.; Grossi, M. P. Filosofia, gênero e ciência: entrevista com Eulalia Pérez Sedeño. *RevEstud Fem.* 2009 jan.-abr.;17(1):191-205.

SAMPAIO, L.L.P.; COELHO, M.T.A.D. Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. *Interface (Botucatu)* [online], v.16, n.42, 2012.

SAMPAIO, L.L.P. ;COELHO, M.T.A.D. A Transexualidade no cenário brasileiro atual: A despatologização e o direito à identidade de gênero. In: *Anais do III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*. Salvador: UNEB, 2013.

SANTOS, A. S. Corpo Educado? Percepção do risco de contrair HIV/AIDS e práticas educativas entre travestis profissionais do sexo. (Dissertação de Mestrado em Saúde Comunitária - Ciências Sociais em Saúde). Instituto de Saúde Coletiva/UFBA. 144 p. 2007.

SANTOS, T. F. S.; MARTINELLI, M. L. A sociabilidade das pessoas travestis e transexuais na perícia social. *Serviço Social & Sociedade*, [s.l.], n. 134, p.142-160, abr. 2019.

SCHAEFER, L. C. Wheeler, C. C. Os dez primeiros casos de Harry Benjamin (1938-1953): uma nota histórica clínica. *Arch Sex Behav* 1995.

SILVA, J. R., E. D. A Possibilidade Jurídica de Adoção por Casais Homossexuais. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2006.

SILVA, R. G. L. B.; Bezerra, W. C.; Queiroz, S. B. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. *Rev Ter OcupUniv São Paulo*. 2015.

TARVER II, D.E. Transgender mental health. The intersection of race, sexual orientation, and gender identity. In Jones, B.E. Hill, M.J. *Mental health issues in lesbian, gay, bisexual, and transgender communities*. *ReviewofPsychiatry*. 2005.

THIOLLENT, M. (2009). *Metodologia de Pesquisa-ação*. São Paulo: Saraiva.

WIGGINS, S.; POTTER, J. Discursive Psychology. In: WILLIG, C. & STANTON-ROGERS, W. *The Sage publication handbook of qualitative research in psychology*. Londres: Sage, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Health topics – Gender. Disponível em: <<http://www.who.int/topics/gender/en/>>. Acesso em: ago. 2019.

VIEIRA, T. R.; PAIVA, L.A.S. Identidade sexual e transexualidade. São Paulo: Roca, 2009.

VIEIRA, V. A. Hipertensão arterial e aspectos éticos em pesquisa envolvendo seres humanos: implicações para a área da saúde. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, v.3, n.4, p.481-488, out./dez., 2003.

VILLELA, W.; MONTEIRO, S.; VARGAS, E. A incorporação de novos temas e saberes nos estudos em saúde coletiva: o caso do uso da categoria gênero. *Ciênc. saúde coletiva*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 997-1006, 2009.

ZIMERMAN, D. E. (2010). Os quatro vínculos: Amor, ódio, conhecimento, reconhecimento na psicanálise e em nossas vidas. Porto Alegre: Artmed.

APÊNDICES

Apêndice A

ENTREVISTA

Nome: _____

Idade: _____

Pesquisador: _____ Data da aplicação: _____

1. O que é ser uma mulher transexual para você?
2. Quando, com qual idade, começou a reconhecer que não era um homem?
3. Qual foi o momento mais difícil durante a transição?
4. Como os familiares e amigos reagiram? Sentiu que teve apoio?
5. Como é a relação com a sua família?
6. Sente preconceito quando anda na rua?
7. Como você lida com o preconceito na sociedade?
8. Qual é a maior dificuldade no dia a dia como mulher transexual?
9. Ser transexual afetou a sua orientação sexual?
10. Como a sua identidade de gênero afetou a sua área profissional?
11. Como você enxerga a relação da mulher trans com o mercado de trabalho? Acredita que há oportunidades?
12. Você acredita que fazer perguntas para a comunidade trans é uma forma de transformar nossas relações e melhorar?
13. Sente que no Brasil existem condições para ajudar pessoas transexuais, por exemplo, a nível de apoio psicológico?
14. Na sua visão, o que pode ser feito para tirar as pessoas trans da situação de vulnerabilidade?

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) Senhor(a)

Solicitamos a sua colaboração para participar da pesquisa que tem como tema: **A INSERÇÃO DA MULHER TRANSEXUAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E NO CONTEXTO FAMILIAR** e está sendo desenvolvida pela acadêmica Andressa Nogueira de Oliveira, do Curso de Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP/ULBRA, sob a orientação do (a) Prof. (a) M.e. Cristina D’Ornellas Filipakis.

Os objetivos do estudo são: discorrer sobre as relações sociais e seus desdobramentos na sociedade contemporânea, discutir o contexto social nas suas diversas áreas nas quais as mulheres transexuais estão inseridas e investigar como se dão suas relações no contexto familiar. Haja vista que os grandes números de violência contra as pessoas transexuais crescem a cada dia, principalmente no Brasil, a pesquisa tem como justificativa a necessidade de problematizar essa realidade, uma vez que as pessoas transexuais são vítimas de inúmeras atitudes de preconceito e comportamentos discriminatórios, inclusive assassinatos. Além de fazer maior esclarecimento e entendimento sobre esta população, pretendendo-se desmitificar aspectos que dão força a preconceitos e julgamentos.

A coleta de dados se dará através de uma entrevista semiestruturada, realizada em um período (manhã ou tarde) de acordo com a disponibilidade da pesquisadora e das participantes, em que o registro dos discursos se dará por meio de um gravador como instrumento. Depois de gravados, eles serão transcritos e analisados com o objetivo de promover resultados interligando-os com o material teórico presente no desenvolvimento da pesquisa.

A finalidade deste trabalho é contribuir para a possibilidade de discussão e reflexão acerca dos temas discutidos nas entrevistas. As participantes serão beneficiadas indiretamente com a produção de conhecimento científico, possibilitada pela produção de dados realizada por meio da discussão dos temas propostos durante os encontros, com a abertura para novas pesquisas a fim de contribuir para a inserção das mulheres transexuais na sociedade, como no mercado de trabalho, e em outros campos. As participantes ainda, se beneficiarão diretamente com um espaço de escuta qualificada, onde ali elas terão acolhimento para as suas demandas.

Pedimos também a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. O anonimato das participantes e o sigilo com as informações e dados pessoais compartilhados nos encontros serão devidamente respeitados a fim de se evitar possíveis danos, garantindo a confidencialidade de quaisquer dados no quais permitem a sua identificação, ora será utilizado nomes fictícios para a privacidade das participantes. Quanto ao uso de áudio para análise de dados ou divulgação de resultados, este somente poderá ser feito com a autorização da participante. Sendo que a pesquisadora se compromete a guardar por 5 anos as gravações, depois desse prazo todo o material será destruído.

Informamos que nessa pesquisa será considerado o sofrimento psíquico das participantes durante as entrevistas, a exposição de dados pessoais, informações e situações da vida privada de cada uma. Caso algum desses riscos aconteça será informado sobre os serviços de psicologia disponíveis na cidade de Palmas - TO onde poderão ter a assistência necessária para lidar com tais eventuais riscos. Além disso, também serão asseguradas por parte da pesquisadora responsável, o atendimento psicológico em unidade particular, caso obtenham sofrimento psíquico ou algum dano decorrente da pesquisa.

Para caso se sentirem desconfortáveis ao ponto de não conseguirem dar continuidade, terão a liberdade de interromper a entrevista e se retirar do ambiente a qualquer momento. Como também em relação ao que estava sendo discutido, poderá externar que não se sente em condições de falar sobre o referido assunto ou podendo permanecer em silêncio.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária, logo não há nenhum tipo de remuneração. Caso haja necessidade, a pesquisadora responsável garante o ressarcimento de despesas decorrentes da pesquisa, tais como transporte e, se precisar, alimentação. Se porventura decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir dele, não sofrerá nenhum dano.

Informamos que o referido Termo será elaborado em duas vias iguais, a fim de que, por direito, você receba uma via do TCLE devidamente assinada e rubricada. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Pesquisadora responsável

Pesquisadora acadêmica

Considerando, que fui informado (a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Participante

Palmas-TO, ____ de _____ de _____